Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 23.9.2022 / Diário / Ano 158.º / N.º 56 038 / €1,90 / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS

FOLGA ORÇAMENTAL DARIA PARA DESCER IRC PARA 13% OU 14% DURANTE UM ANO

Contas públicas Já descontados os apoios para as famílias, Costa e Medina garantem "espaço de manobra" de 760 milhões por efeito da inflação. Valor previsto permitiria engordar ajudas ou baixar o IRC além dos 2 pontos percentuais, que custarão 200 milhões. PÁG. 18

ENTREVISTA DN/TSF
SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

MÁRIO MOURÃO

"Linha vermelha para subir rendimentos não pode ficar abaixo de 7%"

PÁGS. 4-7

PAULO SPRANGER/ GLOBAL IMAGENS

Habitação, mobilidade e apoios sociais Moedas aprova 22 medidas para ajudar lisboetas contra a inflação PÁG. 20

Paulo Rangel ataca governo "Costa quebrou a confiança dos portugueses" PÁG. 8

Conferência do PCP PS faz "política de direita" e do PSD à IL agendas são "retrógradas, demagógicas e fascizantes" PÁG. 10

Mudança histórica Já há mais católicos do que protestantes na Irlanda do Norte, revela Census PÁG. 23

Moscovo chama 1 milhão Cláusula secreta esconde número de mobilizados PÁG. 22

As 1001 noites de Pedro Luz O homem que mudou a vida de Lisboa com o Alcântara-Mar, o Plateau e o Ad-Lib PÁGS. 14-15

GRÁTIS REVISTA

NAS BANCAS 8.º VOLUME 4,95€ + DN

EDITORIAL
Joana Petiz
Subdiretora do Diário de Notícias

Rigor, só no défice

O governo apresentou os apoios "possíveis" para famílias e empresas resistirem aos efeitos da inflação, que está a roubar-lhes capacidade e espaço de manobra há mais de seis meses, como um generoso pacote de ajudas, mas não deixou ninguém contente. Sobretudo nos passos dados para enfrentarem a subida a pique nos custos energéticos. Exceto talvez os reformados que não façam muitas contas e entenderão o bónus que chegará em outubro e o aumento na pensão em janeiro como ganho efetivo, sem perceberem de imediato que, tudo somado, continuam em défice face ao poder de compra perdido.

"Não há milagres", têm repetido diferentes protagonistas do Executivo, recordando o povo que vive num país pobre e que o dinheiro que o Estado distribui é retirado diretamente dos bolsos dos contribuintes, pessoas e empresas, através de impostos, taxas e taxinhas que penalizam o emprego, pesam sobre o consumo e castigam os lucros.

O problema é óbvio e está amplamente diagnosticado, dos custos de contexto à complexidade burocrática, do peso dos impostos nos salários à excessiva taxação de empresas que têm bons resultados, beneficiando-se as que não saem da cepa torta. Mas nada se vislumbra que possa precipitar mudanças estruturais que permitam desenvolver e robustecer a estrutura económica, de forma a tornar o país mais resistente aos embates cada vez mais frequentes que temos de enfrentar.

No meio de uma transformação energética precipitada pelos constrangimentos da guerra, ainda a lidar com os efeitos de uma pandemia que acelerou a transição digital e perturbou profundamente o mundo do trabalho (novos empregos e funções em vias de extinção, trabalho remoto a provocar mais fuga de talentos, etc.), a tesouraria das empresas e as cadeias logísticas, é mais urgente do que nunca responder aos problemas estruturais e ter foco total em apanhar todas as oportunidades de crescer, captar investimento e fixar riqueza e mais-valia em Portugal. Ao governo, porém, não ouvimos mais do que tentativas de convencer os portugueses da virtude das ajudas de exceção.

Orientação de fundo, só a do controlo da dívida e do défice que, sob o rigorosíssimo olhar do ministro das Finanças, merecem esforços e atenção que não se viu sequer nos tempos em que estávamos sob intervenção da *troika*. De tal forma que o governo prefere aplicar os mais de 700 milhões de receita excessiva arrecadada à boleia da inflação – já depois de descontados os apoios cedidos às famílias – a emagrecer em mais 0,3 pontos o défice do que usá-los para chegar a mais pessoas ou para cortar mais na brutal carga fiscal das 300 mil empresas (em 1300) que contribuem para os cofres públicos. E que são a principal fonte de emprego e de riqueza no país.

FOTO DE 1944

Um desfile militar encheu a Avenida da Liberdade em agosto de 1944 e "impressionou fortemente a população da capital", escrevia o *Diário de Notícias* da época. Dez mil homens e "mais de 1500 máquinas de guerra" desfilaram para exibir "o esforço de reorganização do Exército", levado a cabo pelo Estado Novo.

OPINIÃO HOJE

NOTA DA DIREÇÃO Os artigos de opinião não vinculam a posição do *DN*, sendo da total responsabilidade dos seus autores. Recebidos os artigos de opinião dos cronistas, mesmo que a Direção discorde dos mesmos, haveria dois caminhos: não publicar e pôr em causa a liberdade ou publicar e informar os leitores de que as opiniões dos cronistas não vinculam o jornal. O *DN* escolheu respeitar a liberdade de opinião.

23.9.2022

Diretora Rosália Amorim **Diretor adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Artur Cassiano (adjunto) **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Céu Neves e Fernanda Câncio **Editores** Ana Sofia Fonseca, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil,João Pedro Henriques e Nuno Sousa Fernandes **Redatores** Ana Meireles, Carlos Nogueira, César Avó, David Pereira,Isaura Almeida, Paula Sá, Susete Francisco, Susete Henriques, Susana Salvador e Valentina Marcelino **Fecho de edição** Elsa Rocha (editora) **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Maria Helena Mendes, Lília Gomes, Rafael Costa e João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Joana Petiz (diretora) **Evasões** Pedro Ivo Carvalho (diretor) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Mafalda Inácio, Carlos Nogueira, Paula Sá, Susete Francisco e Rui Frias **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de agosto de 2022: 6.619 exemplares.

Mário Mourão

“Linha vermelha para subir rendimentos não pode ser inferior a 7%”

ENTREVISTA DN-TSF Eleito em abril, é o quarto secretário-geral da UGT. Defende que salários e rendimentos têm de acompanhar a taxa de inflação e que, ao mesmo tempo, se deve aliviar a carga fiscal das empresas. Sobre a atividade sindical, sublinha a necessidade de mudança: “Há uma nova filosofia de trabalho. Ou nos adaptamos a ela ou vamos envelhecendo e morrendo.”

ENTREVISTA **ROSÁLIA AMORIM E PEDRO CRUZ (TSF)** FOTOS **PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS**

Que papel devem ter as centrais sindicais na relação com os outros parceiros sociais e em como melhorar as condições e a remuneração do trabalho? Esta é uma das questões centrais em análise por Mário Mourão, secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT).

A UGT põe em cima da mesa exigências como as subidas salariais terem em conta a inflação e a produtividade. Até onde estão dispostos a ir nesta premissa?
A UGT está disponível para dialogar relativamente a essa matéria. Sabemos que na componente salarial tem de haver a participação da empresa e somos favoráveis aos apoios que as empresas devem ter. Queremos empresas fortes e consolidadas para que possam corresponder àquilo que são as expectativas que os trabalhadores têm de aumentar os seus rendimentos. A nossa expectativa é que quer as empresas, quer os sindicatos, possam sentar-se à mesa e ver quais são os problemas que afetam hoje aquilo que consideramos baixos salários em Portugal. Focou a questão do ordenado médio, algo muito importante, e de facto os ordenados mínimos têm seguido uma trajetória positiva. Poderia ir mais longe, mas a previsão da UGT é de que em 2028 sejam 1000 euros e o governo prevê para estes quatro anos 900 euros. Acho que poderia ir mais longe. O problema agora está na classe média, aqueles que têm salários médios, que estão mais sobrecarregados de impostos e que não têm medidas que vão atenuar as suas despesas. Vê-se agora, com o aumento das taxas de juro que vai haver, mais uma vez, uma grande penalização da classe média, que recorre ao crédito habitação.

Qual é a linha vermelha para a UGT nestas negociações?
A linha vermelha é que não podemos fazer nenhum acordo que não valorize os salários e rendimentos dos trabalhadores e das famílias. A inflação está a 9%, o primeiro-ministro diz que a inflação, este ano, será de 7%; a linha vermelha é que [a valorização dos salários e rendimentos] não pode ser abaixo dos 7%. Não estou a dizer que seja só através dos salários, mas há muitas formas de aumentar os rendimentos dos trabalhadores, por exemplo, através da política fiscal.

> *“Vê-se agora com o aumento das taxas de juro que vai haver, mais uma vez, uma grande penalização da classe média, que recorre ao crédito habitação.”*

Depois da explicação que o primeiro-ministro deu após a apresentação do pacote de ajudas às famílias e da entrevista que sucedeu, parece-lhe realista que o governo vá negociar um aumento de 7% nos salários ou benefícios?
Não sei, sei que o senhor primeiro-ministro até se enganou e disse que haveria um acordo no dia 21 de setembro, mas ainda não conhecemos a proposta, por isso, não poderia haver acordo. A UGT está disponível para fazer um acordo e acho importante que este exista, mas não a qualquer preço. Naturalmente, tem de haver o compromisso dos parceiros sociais, incluindo o governo, porque é um dos maiores empregadores de Portugal. Há muitas formas de valorizar os salários. Por exemplo, a nossa política fiscal sobre os rendimentos de trabalho é muito pesada e há que aliviar o IRS, nomeadamente nos escalões. Há várias formas de o fazer e essa vontade de querer ou não um acordo, para os próximos quatro anos, depende muito do governo.

O governo só contemplou nas ajudas quem paga renda e não quem tem crédito à habitação. Isto criou desigualdades entre as famílias?
Criou uma desigualdade, sem dúvida nenhuma. Resolveu o problema relativamente às isenções de quem paga rendas, mas não resolveu o problema de quem tem de pagar prestações da casa. O que mais vem a agravar é o aumento das taxas de juro e isso vai ser um peso muito significativo nos trabalhadores.

Sugere novas moratórias?
Sim, moratórias ou bonificações, por exemplo, que possam integrar uma parte da prestação para dedução no IRS, como já houve em tempos. Mais uma vez, insisto: é precisamente a classe média que não tem tido benefícios e não tem sido contemplada com medidas que visem atenuar as despesas que tem. O apelo que fazemos ao governo é que se olhe para isto em todas as vertentes e que ninguém fique de fora da ajuda para a mitigação dos problemas que se estão a criar às famílias.

O pacote anti-inflação é considerado pela UGT “tímido e conservador, ainda que traga benefício a milhões de portugueses”. Na sua opinião, que outros ingredientes faltaram neste pacote?
É sempre um apoio, mas para a UGT é tímido e é mais um pacote paliativo, não resolve os graves problemas que afetam hoje os rendimentos das famílias. Não resolve o principal, fazer face à perda de poder de compra que os portugueses enfrentaram nos últimos anos. O pacote não responde a isso e achamos que o governo poderia ir mais longe. Há uma outra vertente: quando o governo se disponibilizou para fazer um acordo de rendimentos e competitividade, a UGT disse, na primeira reunião, que faltava a vertente fundamental dos salários. Os aumentos de salários têm efeitos

imediatos nos rendimentos mensais dos trabalhadores e é a vertente que responde, no imediato, às dificuldades que as famílias estão a enfrentar com a subida da inflação. Portanto, a UGT quer ver neste acordo a componente salarial, porque não pode apenas ser só os rendimentos. É evidente que os patrões baixam o IRS, baixam o IRC, mas depois as empresas ficam de fora das ajudas e neste esforço que há para melhorar os salários?

Está a dizer que os patrões têm de aumentar os salários aos trabalhadores?

Sim, é tempo de falar sobre atualização salarial, porque sem isso não podemos encarar que se resolva isto só com a redução de impostos. O problema é de salários baixos, um problema que já existia e que agora se agrava com esta situação.

No que diz respeito às pensões, na sua opinião, houve ou não um truque?

Não sei se lhe chame truque, mas acho que o governo não disse tudo, não explicou tudo e isso gerou aquela confusão. Acho que o governo pecou em não esclarecer, de facto, as pessoas. Não é que a fórmula não vá ser aplicada, mas há efetivamente um prejuízo a longo prazo para os pensionistas e reformados, mas isso é em 2024. Vamos ver, em 2024, como vai evoluir a situação. Cá estaremos também, porque não ficaremos parados se virmos que as pensões e reformas estão a ser penalizadas por via disso. O caminho faz-se caminhando e, portanto, temos é de dar respostas imediatas, porque é neste momento que se colocam os problemas. Em 2024 cá estaremos, nós, o governo, os parceiros, e a UGT vai fazer o seu papel de não permitir que haja perda de rendimentos dos reformados e pensionistas por via da aplicação de uma fórmula.

A UGT disse que "demonstrou a sua mais profunda e veemente rejeição", referindo que o primeiro-ministro ignora a garantia dada por ele próprio de cumprir a lei e de aplicar a fórmula da atualização das pensões. António Costa perdeu a vossa confiança?

António Costa tem a confiança dos portugueses, foi-lhe dada há menos de um ano. A UGT faz parte dos portugueses, sou um cidadão normal que usou o seu direito de voto e até sou socialista, nunca o escondi. Quando perdermos a confiança uns nos outros, acho que se perde a razão que nos faz andar aqui todos os dias a lutar para melhorar a vida das pessoas. Há momentos bons e momentos maus, mas penso que não perdi a confiança no primeiro-ministro e continuo a acreditar que é sempre possível melhorar a vida das pessoas. É nessa perspetiva que aqui ando e, enquanto for secretário-geral da UGT, é também assim que a UGT se vai posicionar.

A UGT desafiou o governo a adotar medidas, como a taxação dos lucros extraordinários das empresas e de controlo e fixação de preços. Que posição espera que o governo tome relativamente à eventual taxação dos lucros extraordinários?

Acho que Portugal tem de ajustar a sua política relativamente aos lucros das empresas com a da União Europeia. Sabemos que, por vezes, movimentos que surgem podem fazer com que o investimento não venha para Portugal e isso seria negativo para o esforço que temos vindo a fazer. Estou de acordo com a medida, mas acho que deve ser tomada no âmbito da União Europeia, não pode ser só Portugal. Mas estou perfeitamente de acordo: deve taxar-se esses lucros que estas empresas tiveram e que não resultam apenas da atividade comercial, mas também de uma exploração intencional de um momento difícil e de aproveitamento. Não pode haver ninguém que se aproveite de uma crise para aumentar significativamente os seus lucros, portanto, acho que devem ser taxados sobre esses lucros.

Quando tivemos aqui o presidente das empresas, António Saraiva (CIP), disse exatamente o contrário. Disse que as empresas já são taxadas a mais, já pagam IRC a mais, já têm uma sobretaxa criada no tempo de Passos Coelho que não desapareceu e que se constitui como uma taxa extraordinária, além da taxa extraordinária. Do ponto de vista dos trabalhadores, esta argumentação faz sentido?

Tenho muito respeito e admiração pelo engenheiro António Saraiva, mas ele disse que as empresas pagam muitos bons salários em Portugal ou acha que os portugueses têm um salário digno? Não, não disse nada disso. O que as empresas pagam é aquilo que as famílias pagam: há uma carga fiscal grande que é preciso aliviar para as empresas e também para as famílias. Acho que sim, acho que se deve aliviar a carga fiscal das empresas, para que possam corresponder aos objetivos que têm na economia, mas também têm de pensar na componente em que não estão sobrecarregadas: os salários dos trabalhadores. Aliás, queixam-se de que há falta de mão-de-obra, mas se os salários fossem melhores, se calhar não havia falta de mão-de-obra. Os salários que se pagam hoje em Portugal são, de facto, muito baixos.

A UGT diz que é injustificável a redução do IVA da eletricidade apenas para a taxa intermédia de 13%, notando que tal terá um impacto diminuto na fatura. O regresso ao mercado regulado, conforme apontou, também não terá muito impacto nos custos. O que é que poderia ter sido feito para que houvesse a real e efetiva redução da fatura para as famílias?

Acho que essa redução da fatura das famílias deve ser avaliada num apoio direto às famílias, não apenas na questão das faturas ou do mercado regulado. Aliás, até parece que têm surgido alguns problemas com pessoas que passaram para o mercado regulado, a nível de o sistema não dar resposta. Foi uma solução de imediato que não resolve esse problema. Aliás, vamos entrar numa fase em que isso ainda vai ter um peso muito grande para as famílias. O governo tem de arranjar uma forma de esses benefícios chegarem diretamente às famílias, assim como têm de fazer chegar diretamente às empresas. Estamos a favor dessas medidas, não temos a solução, mas estamos disponíveis para discutir em sede de concertação medidas que possam aliviar essa dificuldade que aí vem.

Pode voltar para cima da mesa uma espécie de *voucher* para este tipo de custos?

Sim, por exemplo. O *voucher* pode ser uma solução. Não digo que seja a única, mas poderá ser uma delas.

Vão propor alguma atuação a nível do IVA da eletricidade para que baixe mais?

Sinceramente, em relação ao IVA, que é outro imposto que sobrecarrega, nomeadamente, aquilo

"Acho que o governo pecou em não esclarecer, de facto, as pessoas. Não é que a fórmula não vá ser aplicada, mas há efetivamente um prejuízo a longo prazo para os pensionistas e reformados."

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

que é o consumo, eu digo que a sua baixa tem de ser muito bem ponderada e pensar em que produtos se deve fazer. Recordo-me, por exemplo, que se falava muito na redução da taxa do IVA na restauração, mas sempre que fui almoçar paguei o mesmo, apesar da taxa reduzida. Acho bem que haja uma redução em algumas matérias relativas à taxa do IVA, mas terá de haver por parte das entidades uma fiscalização muito grande se, de facto, essas baixas estão a repercutir-se nos produtos e nas famílias, porque hoje ouvimos dizer, e já muita gente o disse, que a inflação pode vir a estagnar, mas que os preços nunca vão baixar daquilo que já subiram. Então como é que vamos fazer? Temos de estancar a inflação, mas depois continuamos com os preços a este nível? Então e os salários? E os rendimentos das pessoas? Entramos aqui outra vez numa situação de pobreza extrema no país. Este é o problema de tomar medidas, mas depois não se acompanhar se elas estão a ter os efeitos para aquilo que foram criadas. Portanto, é essa a nossa perspetiva sobre a taxa do IVA.

E por falar em salários, os trabalhadores, em média, trabalham cerca de seis meses para o Estado e outros seis meses para si mesmos. Até que ponto é que este nível fiscal sufoca quem trabalha?

Sufoca, sem dúvida alguma. Quando o governo apresentou esta proposta de rendimentos, naturalmente tem a ver com política fiscal. E aí depende muito do governo. Espero que o governo tome medidas no próximo Orçamento do Estado, que está aí à porta, e que reduza significativamente a carga fiscal aplicada às famílias. Porque isto vem sendo pedido pelas empresas e nada contra…

Aliás, as empresas falam em 2 pontos percentuais de descida. No caso do IRS, a UGT propõe quantos pontos percentuais?

Sei que as empresas estão muito interessadas nisto porque aumentam o rendimento dos trabalhadores sem que haja aumento de salários. Portanto, naturalmente, não pesa nada às empresas, mas para nós isto não chega.

Mas ao nível do IRS tem uma proposta concreta?

Não temos ainda nenhuma proposta.

Falando um pouco de sindicalismo, a opinião pública terá a perceção de que está um pouco envelhecido, preso a uma dicotomia que, aliás, hoje já utilizou aqui em algumas das suas respostas: trabalhadores, patrões, famílias, empresas. Esta é uma perceção justa de que este sindicalismo está um pouco enfraquecido e envelhecido?

"Acho que se deve aliviar a carga fiscal das empresas para que possam corresponder aos objetivos que têm na economia, mas também têm de pensar na componente em que não estão sobrecarregadas: os salários dos trabalhadores."

"Há uma nova filosofia de trabalho. Ou nos adaptamos a ela, e às novas exigências que os trabalhadores hoje querem destas organizações [os sindicatos], ou vamos envelhecendo e morrendo."

A UGT fará um debate em breve, porque esse foi um dos compromissos que assumi no congresso para discutir esta questão do sindicalismo em Portugal e sobre as novas formas de fazer sindicalismo. Hoje as realidades das empresas são diferentes: muita gente está em teletrabalho e, portanto, como se chega a estas pessoas? Vamos fazer uma discussão séria com os nossos sindicatos sobre este tema. Mas há setores onde a taxa de sindicalização anda nos 90% – no setor financeiro, por exemplo. O sindicalismo não é hoje só a luta reivindicativa do salário ou de melhores condições. Os sindicatos podem dar outras coisas aos trabalhadores, que têm de ter o retorno da sua quota sindical, e os sindicatos podem fazê-lo através de outros serviços: em matéria social, em matéria de ocupação dos tempos livres. Os sindicatos têm um papel preponderante se o souberem aplicar no terreno. Temos de ter sindicatos fortes, mas também não podemos ter uma legislação que prejudica o sindicalismo. Por exemplo, nós fazemos negociação coletiva e é aplicado com todos os trabalhadores o acordo feito com os sindicatos. Usufruem todos os trabalhadores, mesmo aqueles que não pagam quota sindical.

Portanto, não me respondeu diretamente porque é um homem experimentado, mas posso deduzir daquilo que acabou de me dizer, que considera que sim, porque é preciso fazer esse debate e porque é preciso atrair mais trabalhadores para o sindicato, que estes hoje estão enfraquecidos e envelhecidos.

Estão, e isso não vale a pena esconder. De facto, há na atividade sindical, como em tudo, pessoas que se sentem defraudadas e, por isso, também vamos fazer esse debate que é preciso para tudo. Há uma nova filosofia de trabalho. Ou nos adaptamos a ela, e às novas exigências que os trabalhadores hoje querem destas organizações, ou vamos envelhecendo e morrendo. Como em tudo, também os sindicatos têm de se revitalizar e criar novas formas de aproximar as pessoas dessas estruturas sindicais.

Falando ainda no sindicalismo, a sociedade mudou e há cada vez menos contratos coletivos de trabalho, grandes unidades produtivas e industriais, infelizmente, muitos recibos verdes e muitos trabalhadores liberais. A UGT tem dado resposta a estas novas formas de vínculo laboral?

Sim, os sindicatos têm dado resposta. Aliás, temos agora uma questão, que são aquelas plataformas, "os Ubers" – nos Estados Unidos, aliás, a Uber foi condenada em milhares de dólares, porque não considerava estas pessoas trabalhadores. Isso é uma selva, o que se passa nestas plataformas. As pessoas não têm direitos, não têm nenhuma regalia, não fazem os seus descontos e são chamadas a qualquer hora. Ou seja, não têm qualquer proteção social pelo trabalho que estão a desenvolver. Nós estamos atentos a esses fenómenos que vão surgindo, a essas opções de trabalho que vão surgindo. A UGT vai tam-

"As empresas queixam-se de que há falta de mão-de-obra, mas se os salários fossem melhores, se calhar não havia falta de mão-de-obra. Os salários que se pagam hoje em Portugal são, de facto, muito baixos."

"Não pode haver ninguém que se aproveite de uma crise para aumentar significativamente os seus lucros, portanto, acho que devem ser taxados sobre esses lucros."

"Vamos até à exaustão com o diálogo. E a concertação. À rua, quando tivermos de ir vamos. Porque esse é um terreno nosso e não apenas da CGTP."

bém fazer esse debate porque não temos ainda sindicatos que cubram esses trabalhadores. Terá de ser a UGT a chamá-los e até a criar sindicatos para que essas plataformas sejam também abrangidas por aquilo que são os direitos dos trabalhadores.

Estão atentos a estes fenómenos ou estão a agir? Muitas vezes temos assistido, nos últimos anos, a movimentos inorgânicos, que não têm rosto, que muitas vezes são anónimos – posso lembrá-lo aqui de três ou quatro, talvez o mais conhecido tenha sido o Movimento Zero da PSP –, mas que representam trabalhadores que estão descontentes e que não se revêm nos sindicatos – a polícia tem 17 ou 18 sindicatos. Ou seja, até que ponto é que não é preciso fazer uma revolução para chegar às tais pessoas de que acabou de falar?

É essa evolução que temos de fazer. Há sindicatos que já alargaram o seu âmbito profissional, por exemplo. O setor financeiro alargou o seu âmbito não só para bancos, mas também para seguradoras, empresas parabancárias, empresas do setor financeiro, consultoria… é vasto o manancial de trabalhadores abrangidos. E isso também se vai passar noutros setores. A UGT está a fazer essa discussão e no seu aniversário, que é a 28 de outubro, provavelmente incluirá nela a questão das plataformas e de outras profissões que vão surgindo. Há profissões que estão a surgir com esta nova metodologia de trabalho e que têm de ter respostas das organizações sindicais que estão vocacionadas para a questão dos trabalhadores dessas empresas que vão surgir. Na área financeira há também as *fintechs* que estão a aparecer e que fazem uma concorrência desleal, do meu ponto de vista, aos bancos, porque não têm de ter nenhuma estrutura, sem os compromissos como têm os bancos do pagamento dos SAMS. Estão a surgir inúmeras profissões a que a UGT e os seus sindicatos estão atentos e vai-se fazer esse debate para agregar esses profissionais que hoje estão completamente arredados de qualquer proteção.

Ainda falando do sindicalismo, como é que é, se é que existe, o diálogo entre a UGT e a CGTP? Existem canais de conversa regulares, só falam nos fóruns comuns ou quando existem crises que afetam de forma transversal os trabalhadores? Como é este diálogo?

É o diálogo necessário…

Necessário ou possível?

Necessário e possível, quer dizer… também é possível pedir uma audiência à CGTP, e foi com toda a cordialidade que estivemos reunidos e falámos sobre os problemas que afetam as duas centrais em questão. Nos fóruns a que vamos, internacionalmente, muitas vezes conseguimos defender estratégias comuns e, em Portugal, também os sindicatos têm tido reuniões conjuntas em determinados setores. Muito na Administração Pública ou nos transportes, os sindicatos da UGT e da CGTP têm concertado até formas de luta. E, portanto, há essa cooperação quando tem de haver.

Perante a conjuntura que vivemos, a dificuldade de crise e a economia de guerra, prevê uma aproximação ou um afastamento nos princípios das centrais sindicais?

Nunca nos excluímos à aproximação quando tem de haver. Como disse, isso é mais do âmbito dos sindicatos em determinados setores onde estão representados sindicatos da UGT e da CGTP. E, sempre que é possível, há essa unidade na ação.

Mas o facto de haver em Portugal duas centrais sindicais e de uma ser, se quiser, mais conotada com o PCP e a outra, a UGT, mais conotada com o bloco central, o que representa mais trabalhadores do bloco central, faz com que seja mais difícil a aproximação entre elas e a luta conjunta?

Não. Posso falar pela UGT que, de facto, é constituída pela tendência socialista e pela tendência social-democrata, mas tem também democratas-cristãos e tem nos seus órgãos pessoas ligadas ao Partido Comunista e outros movimentos de esquerda, nomeadamente, no Conselho-Geral da UGT, onde estão representados por via dos sindicatos que estão na UGT. Apesar de termos alguma ligação a esses partidos, como tem a CGTP, julgo que não prejudica nem faz com que seja essa a razão que levou a anos e anos de afastamento entre as duas centrais, nomeadamente, em lutas como o 1.º de Maio. Julgo que não é por isso, é por razões que surgem da situação política ou sindical. Veja: a CGTP, no mandato anterior do governo, foi uma central muito próxima do governo, mas foi circunstancial. A UGT continuou o seu caminho, não saiu daquilo que era a sua estratégia, continuámos a defender que o diálogo para nós é uma via para buscar soluções para irmos ao encontro daquilo que são os nossos objetivos. E vamos até à exaustão com o diálogo. E a concertação. Nós privilegiámos muito a concertação. À rua, quando tivermos de ir vamos, e isso é através dos sindicatos. A UGT esteve na rua com os bancários, com a função pública, com os transportes. Quando é necessário ir para a rua, vamos, porque esse é um terreno nosso e não apenas da CGTP.

Antevê mais contestação durante o ano de 2023 perante o que vivemos?

Não se exclui. Não vejo isso com agrado, mas se formos chamados à rua vamos estar na contestação. Porque defendemos os trabalhadores, defendemos os nossos sindicatos e eles defendem os trabalhadores. E é para isso que existe a UGT, independentemente de sermos socialistas ou sociais-democratas. Quando tivermos de estar contra, estaremos.

Veja o vídeo em dn.pt/dntv

PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

Em Ponta Delgada, Luís Montenegro e Paulo Rangel não pouparam nas críticas ao governo.

"O que Marcelo Rebelo de Sousa está a fazer neste momento, com a prudência e a subtileza que o cargo lhe impõe, é pedir repetidamente ao governo para que fale verdade".

"Os movimentos de extrema-direita estão a crescer e encontram terreno fértil, se os governos não falarem verdade às populações."

Paulo Rangel
Eurodeputado e vice-presidente do PSD

"Costa quebrou a confiança dos portugueses e PR está a pedir que fale verdade"

PSD O eurodeputado e vice-presidente Paulo Rangel acusa António Costa de "maquiavelismo" no corte das pensões e afirma que é preciso que os governantes, nesta crise, sejam verdadeiros.

TEXTO **PAULA SÁ**

"O que o primeiro-ministro fez é moralmente maquiavélico", afirma ao *DN* Paulo Rangel sobre o pacote de ajuda às famílias devido à inflação. O vice-presidente do PSD e eurodeputado insiste que o "corte encapotado de mil milhões nas pensões, sobretudo num momento de crise, fez Costa quebrar a confiança com os portugueses". Rangel assume que este tem de ser um ponto a não deixar cair pela oposição nem pelo seu líder, Luís Montenegro.

Paulo Rangel, que participa em Ponta Delgada, no *1.º Encontro Interparlamentar do PSD*, vê na insistência do Presidente da República para se conhecerem as projeções económicas para o próximo ano precisamente a "procura dessa verdade".

"O que Marcelo Rebelo de Sousa está a fazer neste momento, com a prudência e a subtileza que o cargo lhe impõe, é pedir repetidamente ao governo para que fale verdade". Porque, insiste, "que autoridade moral tem um primeiro-ministro para aproveitar, num momento de oportunismo e esperteza, um pacote de ajuda para iludir um corte que vai fazer?"

Num governo que diz "esgotado e de forma que não se podia imaginar em tão pouco tempo", Paulo Rangel afirma que as projeções económicas demonstrarão que a guerra na Ucrânia tem um custo para a Europa que não é possível mitigar. Nem com o "ilusionismo" de António Costa.

Paulo Rangel critica o facto de Costa, "amigo de Macron", não ter influência no que diz respeito às interligações energéticas. "Tão amigo e seguidista que é de Macron e não o consegue convencer".

"É preciso dizer às pessoas que o que está em causa na guerra da Ucrânia é o novo modo de vida, uma ameaça existencial que está a matar gente todos os dias, e que tem um custo", sublinha. O custo palpável na subida da inflação e das taxas de juro.

Mas essa defesa da democracia europeia, que conjuga as liberdades e garantias dos cidadãos com o Estado Social, é essencial para o eurodeputado social-democrata e "deve ser explicada aos cidadãos", antes que se gere cansaço e desespero perante o agravamento da crise económica. "Os movimentos de extrema-direita estão a crescer e encontram terreno fértil, se os governos não falarem verdade às populações", assegura.

O dirigente do PSD critica ainda o facto de Costa, "amigo de Macron", não ter nenhuma influência junto do presidente francês no que diz respeito às interligações energéticas da Península Ibérica. "Tão amigo e seguidista que é de Macron e não o consegue convencer", diz. Porque, afirma, além da necessidade de um "pacote robusto de apoio às famílias", é preciso que os países invistam no longo prazo para sair desta dependência energética da Rússia e "sem egoísmos nacionais como o da França".

Para Paulo Rangel "dificilmente não haverá" uma resposta europeia à crise inflacionária e à recessão económica preanunciada. "Mas para já o que há é a Comissão Europeia a aconselhar um redirecionamento dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)". Mas, garante, "o governo português tem demonstrado total incapacidade na gestão destes fundos, que estão a ser usados para o investimento público, em vez de servir para o apoio à economia e às empresas". A gestão do PRR, frisa, "é um fracasso total".

Para o encerramento deste *1.º Encontro Interparlamentar do PSD* veio o líder social-democrata até Ponta Delgada, onde no jantar que decorreria à hora de fecho desta edição prometeu voltar à carga nas críticas ao governo por causa dos ziguezagues sobre a descida de impostos, nomeadamente o IRC.

Durante duas visitas a uma empresa e a uma exploração agrícola de S. Miguel, Luís Montenegro voltou à ideia de que é preciso ir ao encontro dos problemas dos portugueses. "Alguns agentes políticos têm falta de contacto com a realidade", afirmou.

paula.sa@dn.pt

PSD ignora apelo de Montenegro para votar no Chega

PARLAMENTO Chega volta a falhar eleição para vice da Assembleia. Mas desta vez Montenegro fez-lhe uma recomendação de voto. Ignorada por parte dos seus deputados.

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES**

À esquerda na 1.ª fila, o deputado derrotado, Rui Paulo Sousa.

O Chega falhou ontem, pela terceira vez nesta legislatura, o objetivo de eleger um vice-presidente da Assembleia da República. Era uma eleição condenada à partida – nem que fosse apenas pela força da maioria absoluta do PS. Contudo, desta vez, ocorreu um facto novo, face às outras duas eleições anteriores: do PSD surgiu, vinda diretamente do líder do partido, Luís Montenegro, e depois retransmitida aos deputados pelo chefe da bancada, Joaquim Miranda Sarmento, um indicação para os deputados 'laranja' – 77 ao todo – votarem no candidato do Chega (desta vez o deputado Rui Paulo Sousa).

Os resultados, porém, confirmam que grande parte da bancada do PSD – toda ela escolhida no tempo de Rui Rio – ignorou o pedido da direção do partido. Se a candidatura do deputado do Chega tivesse conseguido fazer o pleno dos partidos à direita do PS, teria obtido 97 votos a favor: 12 do Chega, oito da Iniciativa Liberal (onde houve liberdade de voto) e os tais 77 do PSD. Acontece que Rui Paulo Sousa obteve apenas 64 votos favoráveis – ou seja, ficou a mais de 30 votos do seu potencial máximo de votação (e para ser eleito precisava de, no mínimo, 116). Mesmo podendo ter acontecido o voto em branco dos oito deputados da IL, o resultado final indica que uma parte importante da bancada 'laranja' ignorou o pedido de Montenegro. Registaram-se, ao todo, 137 votos em branco e ainda 12 nulos, numa eleição em que participaram ao todo 213 dos 230 deputados. Ao candidato do Chega sobrou-lhe o contentamento de ter tido quase o dobro dos votos favoráveis do primeiro candidato do Chega a vice-presidente da AR (Diogo Pacheco de Amorim, 35 votos a favor) e do segundo (Gabriel Mithá Ribeiro, 37 votos a favor).

> *"Dei uma orientação ao grupo parlamentar no sentido de votarmos favoravelmente a proposta do Chega para esse lugar e o mesmo em relação à IL [...] "Não tem a ver com nenhuma aproximação política, com nenhum tipo de afinidade política, mas com o respeito das instituições, da democracia e da vontade do povo."*
>
> **Luís Montenegro**
> Presidente do PSD

Luís Montenegro justificou o volte-face do partido em nome da "normalidade do regime democrático", recusando a ideia de que revela uma aproximação do seu partido ao partido de André Ventura. "Não tem a ver com nenhuma aproximação política, com nenhum tipo de afinidade política, mas com o respeito das instituições, da democracia e da vontade do povo. É cumprir o que a democracia exige aos representantes populares. O PSD votou, no passado, os candidatos do PCP, do BE, do CDS. Fê-lo por respeito ao povo, às escolhas do povo", afirmou.

O líder do PSD recordou ainda que desde o 25 de Abril que a mesa da Assembleia da República "é composta por um presidente e quatro vice-presidentes representantes das quatro maiores forças políticas com representação parlamentar – aqueles que o povo quis escolher". "Dei uma orientação ao grupo parlamentar no sentido de votarmos favoravelmente a proposta do Chega para esse lugar e o mesmo em relação à IL [que não apresentou candidatura]. Estamos com igual propósito relativamente às duas candidaturas", assegurou ainda.

Já o PS falou em "triste dia para a democracia". "Esta decisão da direção nacional do PPD/PSD, cujo primeiro responsável é Luís Montenegro, diz bem ao que vem a direita em Portugal: não há linhas vermelhas contra a extrema-direita antidemocracia, não há linhas vermelhas para quem faz discursos xenófobos, racistas, não há linhas vermelhas para quem tenta introduzir no código penal penas que são violadoras da dignidade do ser humano", considerou o líder parlamentar, Eurico Brilhante Dias.

joao.p.henriques@dn.pt

> *"É um boicote partidário, é um boicote ideológico, e é algo que não fica muito bem a uma câmara fazer, ainda que o Chega respeite o voto dos seus pares."*
>
> **André Ventura**
> Presidente do Chega

> *"Nesse mandato não estava nenhum boicote, mas uma linha vermelha para todos aqueles que são contra a democracia e são contra o sistema democrático."*
>
> **Eurico Brilhante Dias**
> Líder parlamentar do PS

ORLANDO ALMEIDA / GLOBAL IMAGENS

Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP.

Conferência Nacional do PCP. Que "1000 novos quadros" floresçam para "ligar ainda mais o partido à vida"

INICIATIVA Direção do partido incentiva "rejuvenescimento" das estruturas e define objetivo para cumprir até ao final de 2024.

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES**

O PCP divulgou ontem o "Projeto de Resolução" que estará em discussão na Conferência Nacional que o partido vai realizar no Pavilhão Municipal do Alto do Moinho, em Corroios (Concelho do Seixal, Distrito de Setúbal), nos dias 12 e 13 de novembro.

O texto agora divulgado tem o conteúdo em aberto, podendo qualquer militante sugerir-lhe alterações, direito que também assistirá aos participantes na conferência e às organizações do partido. A direção do PCP espera entre 900 e mil delegados, eleitos pelas bases do partido.

No documento, o PCP retoma, no essencial, a visão que caracteriza o partido tanto quanto aos assuntos nacionais, como aos internacionais. A nível nacional, o PS é acusado de estar a "concretizar" uma "política de direita", sendo que PSD, CDS, Chega e IL têm "agendas de natureza retrógrada, demagógica, neoliberal e fascizante" que "constituem uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo e ao futuro do país".

Já a nível internacional, "o imperialismo incrementa a sua ofensiva", sendo que "a guerra na Ucrânia e o seu prolongamento", bem como "a crescente tensão e provocação contra a China", se inserem numa estratégia de "promoção crescente do fascismo e da guerra" que "transporta consigo o perigo de uma confrontação global"

Ou seja: "A vida deu e dá razão ao PCP, à sua avaliação da situação nacional e internacional, aos perigos para os quais alertou e às manobras que denunciou, às soluções e respostas necessárias para garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, às opções indispensáveis para assegurar o desenvolvimento soberano do país".

Assim, o que se impõe é uma "política alternativa, patriótica e de esquerda" e isso "requer o reforço do partido, a intensificação da luta dos trabalhadores e das populações e o fortalecimento das organizações de massas, assim como a convergência de democratas e patriotas", tudo "condições determinantes para uma alteração na relação de forças".

Ora, no entender dos autores do documento – aprovado na última reunião do Comité Central – o "reforço do PCP" passa por "ligar ainda mais o partido à vida": "É indispensável continuar a dar passos para que as organizações e os militantes, nas mais diversas áreas e frentes de trabalho, se afirmem como instrumentos de esclarecimento, organização, agitação e mobilização de outros em torno das suas aspirações".

Para isso, importa "reforçar o Partido com a responsabilização e formação de novos quadros", ou seja, "militantes de diversas gerações" mas também "novos militantes" que, "assumindo naturalmente diferentes disponibilidades, percursos e experiências, revelam vontade de participar e dar o seu contributo".

Está em causa colocar "nas mãos de mais militantes a responsabilidade de serem protagonistas e construtores do partido e da luta por uma vida melhor", assumindo-se um objetivo: "Promover a responsabilização de 1000 novos quadros – com destaque para operários e outros trabalhadores, jovens e mulheres – por tarefas regulares e organizações do partido até final de 2024".

Esta responsabilização de novos quadros deverá ter como centro as células de militantes nas empresas – porque "é nas empresas e locais de trabalho que se expressa de forma mais direta a luta entre trabalho e capital".

Além do mais, é também "necessário avançar de forma decidida para a estruturação, capacidade de direção e intervenção das organizações locais do partido" e "progredir" no "rejuvenescimento dos núcleos ativos e de direção".

Melhorar a divulgação da mensagem do partido é também prioridade e, para isso, será realizada uma "iniciativa nacional" em novembro de 2023.

joao.p.henriques@dn.pt

Opinião
António Capinha

A mentira tem pernas curtas!

Parece que os tempos mudaram. Há uma guerra e, em consequência disso, uma situação inflacionária. A vida vai ficar pior. Mais cara, maior vulnerabilidade para os mais pobres. Os juros estão a subir, os compromissos das famílias com as prestações da habitação vão ficar mais insuportáveis. As empresas vão enfrentar dias difíceis com a subida do preço da energia. Aliás, algumas, não sobreviverão. O coração da Europa, a Alemanha, ameaça entrar em recessão já nos próximos trimestres. O panorama é pois de "vacas magras".

Este é o momento em que o país deveria interiorizar, globalmente, o que está a chegar. Os portugueses deveriam estar alertados para o que aí vem! Preparem a sua vida para as dificuldades que se avizinham. Amealhar o possível. Evitar gastos inúteis. Planear cuidadosamente as suas finanças. Olhar para o futuro a dois, três anos, no mínimo. Não assumirem compromissos financeiros longos e desnecessários.

O governo deveria ter um papel preponderante no alerta do que está para chegar. Não deveria "varrer para debaixo do tapete", esconder, dissimular, disfarçar. Deveria falar claro, ser pedagógico, explicar a toda a população, do Algarve às Beiras, as consequências de uma situação inédita na Europa. Falar claro e verdade, de um modo compreensível, é contribuir para unidade dos portugueses. É incentivar a uma solidariedade geracional, distribuir com parcimónia as mais-valias, mas também os sacrifícios. É essa a função de um governo, muito em especial em períodos de contração financeira, como o que estamos a viver.

Este governo tem um problema com a frontalidade no discurso. Quer, sistematicamente, "dourar a pílula". Tapa a realidade com uma peneira. Se há cortes nas reformas, não o assume. Se os funcionários públicos vão perder poder de compra, não explica porquê. Se as famílias e empresas não recebem os apoios que deveriam, não justifica a insuficiência desses mesmos apoios. O governo não é pedagógico com os portugueses, não é explicativo, não é claro. Não entende que a melhor maneira de mobilizar as populações para as dificuldades que vão surgir é falar-lhes verdade, contextualizar politicamente as diferentes situações. Se estão a aferrolhar dinheiro nos cofres públicos para prevenir a futuro, não tenham receio de o dizer! Digam que não aumentam as reformas ou não estabilizam o poder de compra dos funcionários públicos porque querem garantir segurança contabilística das contas no futuro. Não mintam, não dissimulem, não disfarcem, não tornem nebuloso o que deve ser explicado "tintim por tintim" para que todos saibam com o que contam.

Foi isso que Mário Soares fez em Agosto de 1977, quando teve de aplicar um programa de austeridade e foi, mais tarde, acusado de meter o socialismo na gaveta. No seu discurso de mais de uma hora o Estadista socialista não deixou sombra de dúvida sobre as medidas que ia tomar. Duras, muito duras. Pediu sacrifícios aos portugueses. Explicou-lhes o porquê dessas medidas. Desenhou uma estratégia de recuperar a economia, salvar a democracia e então, depois, o socialismo. Foi frontal, verdadeiro, pedagógico, envolvente, solidário e compreensivo com que o que estava a propor ao país e sabia que não ia ser fácil.

O discurso governamental hoje é feito de chavões, frases feitas, que na maior parte dos casos escondem a realidade. É um discurso telegráfico, politicamente pobre e redutor, a procurar disfarçar as consequências negativas das medidas que propõem.

Depois, o que acontece é o governo ser apanhado "à meia-volta" nas suas próprias contradições. A realidade política nesta legislatura é diferente da anterior. Os partidos da oposição estão mais organizados. O PSD mudou de liderança e a sua oposição é hoje mais eficaz, mais acutilante. Não é mais a "lengalenga" de Rui Rio. A Iniciativa Liberal cresceu. O PCP está liberto dos compromissos da gerigonça. O Bloco de Esquerda não tem nada a perder. Vai ser muito difícil ao governo passar entre "pingos da chuva", como tem pretendido fazer.

Falem verdade às pessoas, alertem-nas para o que está para chegar, expliquem com clareza o porquê das medidas que estão a tomar e as consequências das mesmas. Falem das "vacas magras que já andam por aí a pastar". Afinal, mais tarde ou mais cedo, todos vamos acabar por as ver e ter de lidar com elas.

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

A semana de trabalho de terça a quinta

No passado mês de agosto, um sindicato dos Registos nacionais decretou greve para os seus trabalhadores em todas as segundas e sextas-feiras de agosto. No mês precisamente em que muitos portugueses que vivem no estrangeiro, e aproveitam as suas férias e a sua vinda a Portugal, para tratar de diversos assuntos nos Registos públicos nacionais, estes resolveram limitar, dos 23 dias úteis do mês, o seu trabalho a apenas 14 dias e fazerem na prática fins-de-semana prolongados, com faltas justificadas. Para além do que se imagina que fosse já a diminuição natural da capacidade de resposta e de atendimento em virtude das próprias férias dos trabalhadores, justas, em agosto, do Instituto dos Registos e do Notariado. Numa ou noutra televisão, no mês passado, passaram assim imagens de clientes dos Registos descontentes, nas conservatórias, em dias de greve.

Longe vai o tempo, portanto, em que o pudor dos sindicatos impedia dias de greve acoplados aos fins-de-semana. Não faço ideia do que possa pretender este sindicato, com esta greve de agosto – mas algo pelo menos conseguiu: vender a imagem pública de que os trabalhadores dos Registos são uns pequenos oportunistas, sem concorrência, que resolveram simplesmente alargar as suas férias de verão.

Ora esta imagem é profundamente injusta, porque estes trabalhadores são afinal os mesmos que, há uma década e meia, conseguiram instalar e pôr a funcionar serviços públicos inovadores e de qualidade, como o Cartão do Cidadão, a Empresa na Hora, o Nascer Cidadão, a Certidão Permanente, a Empresa Online ou o Casa Pronta, entre outros. Uma realidade que se tornou tão comum e dada por adquirida, ao ponto de já ninguém se lembrar, felizmente, do que era ir a uma conservatória antes de 2007.

Esse fôlego de mudança e de orientação clara para os seus clientes, as pessoas e as empresas, entretanto, como sabemos, diluiu-se no tempo. A equipa de governo da área da justiça, tutela dos registos e do notariado, entre 2005 e 2009, deixou essas funções. Os Registos perderam centralidade e prioridade nas agendas políticas. Até aqueles serviços novos, com um nível de serviço muito elevado no início, foram-se tornando mais suscetíveis de falhas, de falta de uniformidade no serviço, de especialidades interpretativas...

Seria agora um bom momento para retomar essa agenda de mudança e de orientação para o cliente, tornando os Registos públicos menos uma simples máquina administrativa de cobrança de taxas e emolumentos, e mais um prestador de serviços de qualidade. Serviços específicos para estrangeiros e imigrantes, em língua inglesa e noutras línguas, agora que supostamente os Registos receberão competências que antes eram do SEF. A possibilidade de os Registos públicos atestarem também realidades de facto, facilitando o trabalho dos tribunais e a vida das pessoas. A criação de uma situação registral única na Internet, em que uma pessoa ou uma empresa pudessem aceder diretamente à sua própria realidade atualizada de todos os seus registos públicos, à semelhança do que sucede com a Administração tributária, e a pudesse remeter de forma certificada a terceiros. A integração dos registos nacionais com realidades de outros países. A criação de certificados de registo reconhecidos de forma simplificada, por exemplo, ao nível da CPLP e bilateralmente com outros Estados. E assim por diante.

Mesmo sabendo-se que o programa de Governo na área da justiça aprovado em 2022 é ainda basicamente o programa eleitoral do PS apresentado em 2015 (basta ler os documentos), o que não deixa de ser curioso, a margem de progressão e de melhoria é tanta...

Os Registos perderam centralidade e prioridade nas agendas políticas. Até aqueles serviços novos, com um nível de serviço muito elevado no início, foram-se tornando mais suscetíveis de falhas.”

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
Bruno Bobone

Liberdade e autoridade

Por duas vezes nestas últimas semanas fomos confrontados com situações de maltrato a espectadores em estádios de futebol.

E foi no Porto, foi no Estoril, mas poderia ter sido em qualquer estádio do país, pois o que se passa é que assistir a um jogo de futebol, programa tradicional de família num domingo à tarde, tornou-se numa visita a um campo de batalha em que ninguém respeita ninguém e em que são valentes aqueles maltratam os seus concidadãos.

Começou por ser um assunto de claques em que um grupo de apoiantes de um clube de futebol considerava ser o seu papel amedrontar, insultar e agredir qualquer um que tivesse a ousadia de ter como clube um seu rival.

E os clubes apoiaram-nos de tal forma que estes grupos se foram formando como verdadeiros exércitos em que tudo lhes foi permitido, a bem de mostrar que cada clube tinha um grupo de alienados pior que os seus competidores, passando a ser normal que os cidadãos fossem confrontados com um enorme perigo de segurança e até de vida, por querer ir ver um jogo de futebol.

E morreram pessoas.

A morte de um adepto no Estádio Nacional deveria ter sido alerta suficiente para que a autoridade neste país tomasse conta do tema.

Pelo contrário, em vez de tomar uma atitude que eliminasse esta anormalidade social, as instituições policiais foram convidadas a entrar na contenda, não através de uma participação na luta entre os rivais, mas estruturando formas de manter esses grupos afastados e controlados enquanto se dirigem aos estádios e quando deles saem.

Ora, como bem sabemos, o mal não se resolve dando-lhe carinho e acompanhamento.

Como qualquer vírus, a solução da doença passa pela sua erradicação.

Há uma enorme confusão nos responsáveis do nosso país sobre o que é ser democrático e tolerante e o que é ser irresponsável e permissivo.

A democracia e a tolerância não preconizam a liberdade de destruir.

Considera-se sempre que ser livre é ser responsável e que só é democrata quem se propõe servir a sociedade e não se servir da sociedade.

Pois estes grupos, perigosos e desrespeitadores das liberdades do cidadão comum, que ficam à sua mercê, apenas existem para servir os interesses de dirigentes desportivos, garantindo a sua manutenção no posto e provocando o medo a quem os queira confrontar.

E serve também a muitos criminosos que utilizam estes grupos como disfarce da sua vida fora da lei e que neles encontram candidatos para os seguirem nessas vidas.

Ir ao futebol era e devia continuar a ser o mesmo divertimento que ir ao cinema, ao jardim zoológico, à praia ou ao teatro.

A fraca capacidade de exercer a autoridade não é um exercício de democracia, é apenas incompetência e impreparação dos responsáveis para desempenhar o cargo que detêm.

E isso tem sido o pior que tem acontecido à nossa democracia, a fraqueza das lideranças que condicionam o nosso desenvolvimento, e que não têm qualquer ideia ou conhecimento de como se faz uma sociedade forte, responsável e saudável, onde valeria a pena viver e que também nos permitiria assistir tranquilamente a um jogo de futebol.

“**Há uma enorme confusão nos responsáveis do nosso país sobre o que é ser democrático e tolerante e o que é ser irresponsável e permissivo.”**

bruno.bobone.dn@gmail.com

O espaço para todos está cada vez mais perto e Portugal contribui

CIÊNCIA André Roque é aluno de Engenharia Aeroespacial do Instituto Superior Técnico e apresentou o seu projeto numa das maiores conferências do mundo sobre o espaço.

TEXTO **SARA AZEVEDO SANTOS**

A corrida espacial já dura há muitos anos, mas está a tornar-se cada vez mais democratizada, com empresas e agências privadas a quererem marcar a sua presença. E foi com o objetivo de ajudar a alcançar esse lugar que André Roque, aluno de mestrado em Engenharia Aeroespacial, apresentou na maior conferência mundial sobre o espaço, em Paris, um projeto que pode ajudar a mudar o acesso ao espaço para *jogadores* mais pequenos como Portugal.

André Roque teve a oportunidade de apresentar na *International Astronautical Congress* um artigo científico que escreveu sobre *design* automático de sistemas de exploração espacial. Este programa tem a capacidade de desenhar veículos lunares, marcianos ou o que for necessário para a missão e facilitar um processo que de outra forma é moroso e dispendioso, especialmente para empresas mais pequenas. "O que tem acontecido nas últimas décadas no espaço é que todas as missões espaciais que foram para a Lua e para Marte aconteceram só uma vez e por isso começamos sempre o *design* do zero. Em termos de engenharia de sistemas é um processo bastante complexo", explica André ao DN. Sendo o tema da conferência *Space for All*, André sente-se feliz em apresentar um projeto que realmente leva o espaço todos os atores que o quiserem.

Este projeto permite, assim, dar ferramentas a empresas mais pequenas para conseguirem chegar ao espaço, mas também dar a conhecer ao público alguns veículos que são pouco utilizados e, por isso, quase desconhecidos do público. "Geralmente quando pensamos em veículos lunares ou marcianos, pensamos nos carros com rodas, mas a verdade é que existem uns que saltam, helicópteros, um que parece um ouriço e rebola", distingue André Roque.

Para começar, este programa faz algumas perguntas sobre a missão espacial que se vai fazer. Que tipo de instrumentos científicos vão a bordo, quanto é que pesam, quanta energia gastam. À medida que se vai respondendo, as perguntas começam a ficar cada vez mais específicas. "Vai para que planeta, vai para a Lua, para uma Lua de Saturno, os terrenos são montanhosos, mais planos, vai de forma subterrânea. Em função dessas respostas, o programa desenha automaticamente o sistema de exploração". O estudante apresenta o exemplo da Lua, que "não tem atmosfera e, por isso, não faria sentido mandar para lá um helicóptero". O sistema tem em conta situações como esta.

Atualmente André Roque está a tirar o mestrado em Sistemas Espaciais, em Toulouse (França), mas desde pequeno que tem uma paixão pelo espaço e a exploração espacial. Chegou a dar palestras em bibliotecas e universidades sobre o princípio do Universo, quer a jovens, quer a idosos. O apoio que teve da família, dos professores e do ambiente que o rodeava motivou-o a seguir o caminho do espaço. "Quando acabei o secundário e foi altura de escolher o curso, a escolha foi bastante óbvia: Engenharia Aeroespacial, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa".

André descreve a oportunidade de apresentar o seu artigo no *International Astronautical Congress 2022* como gratificante. "Quando estamos a apresentar, quem está no público é gente muito importante no mundo do espaço, pessoas que já faziam isto há mais tempo do que eu estou vivo. Poder estar aqui à frente deles a apresentar o meu trabalho é uma coisa que me dá muito orgulho", resume.

D.R.

Desde pequeno que André tem uma paixão pelo espaço, agora projeta veículos lunares.

Falta de investimento

André Roque lamenta, no entanto, a falta de investimento no setor espacial em Portugal. Relembra colegas que não encontraram oportunidades no país e tiveram de procurar por algo fora. "O país, sem dúvida, precisa de mais investimento e acho que temos de mudar a nossa mentalidade como país. Começar a duvidar menos de nós próprios e perceber os engenheiros incríveis que temos".

Reconhece que Portugal tem vindo a destacar-se na conferência, com a Portugal Space, a agência espacial portuguesa, a ser um dos patrocinadores oficiais, mas que tem a oportunidade de o fazer ainda mais. "Estamos na altura do chamado *New Space*, novo espaço, estão a aparecer empresas mais pequenas, o espaço está cada vez mais comercializado e acho que é a altura perfeita para Portugal se começar a afirmar também".

André não deixa de elogiar os colegas com quem se cruzou ao longo dos anos no Técnico e que considera que podem mesmo ajudar à afirmação do país no setor. Além do investimento, considera que atrair mais empresas para Portugal pode ser uma forma de empregar os engenheiros que saem das faculdades, além de "nos ajudar a estabelecer como um *player* relevante no espaço". André mostra-se orgulhoso pelo trabalho que fez e por ter tido a oportunidade de o apresentar perante figuras relevantes no setor espacial, e que durante tantos anos admirou.

> Este programa permite criar veículos espaciais adequados a cada ambiente, após responder-se a perguntas específicas sobre a missão que se quer fazer.

sara.a.santos@dn.pt

Estudantes protestam em prol do ambiente

A Greve Climática Estudantil está de regresso e tem data marcada para hoje, pelas 11.00 horas, com uma marcha até ao Ministério da Economia. Os estudantes portugueses responderam ao apelo do movimento *Fridays For Future* e a Praça José Fontana, em Picoas, é o ponto de encontro para esta greve pelo ambiente.

Matilde Ventura, porta-voz da ação, conta ao DN que "o foco desta greve é especialmente passar a mensagem da urgência do fim da indústria fóssil até 2030". "É preciso cortar as emissões a nível nacional e a forma mais eficaz de o fazer é através do fim dos combustíveis fósseis e da exploração do gás natural", explica.

Os participantes desta marcha acusam o governo de lucrar com a inação e destruição e marcham até ao ministério para exigir medidas que cortem as emissões de gases com efeitos de estufa. "O ministério da economia tem sido o centro decisivo das políticas do nosso país e é o centro operacional de todas as petrolíferas. Se queremos o fim da economia fóssil temos de ir onde ela opera", justifica Matilde.

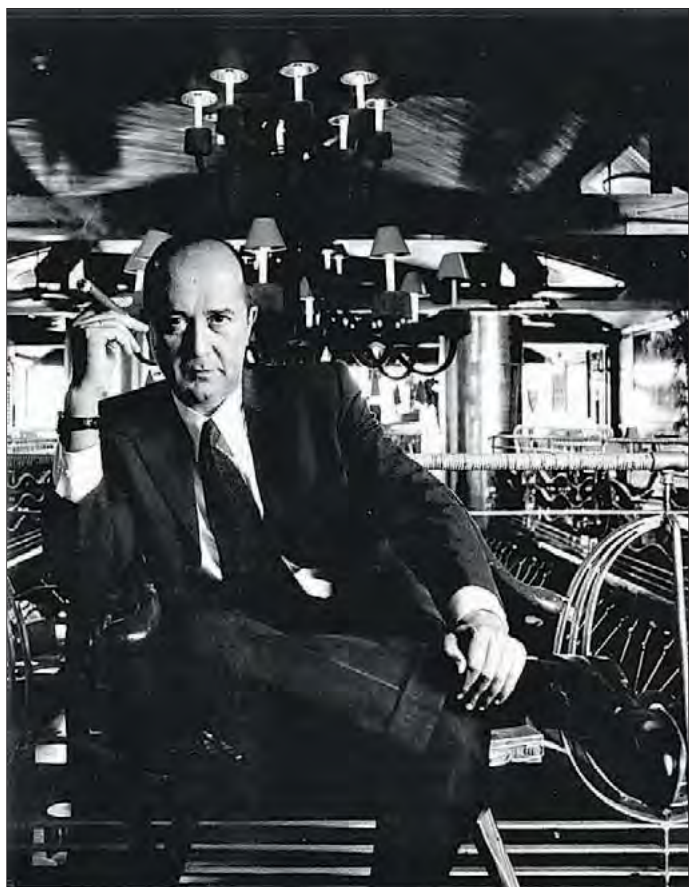
"Nós precisamos de realizar uma transição energética que seja justa e não uma exploração como a que tem vindo a acontecer, que é uma aposta simultânea em energias renováveis, enquanto se continua a exercer o negócio da energia fóssil. Nenhuma mudança está realmente a ser feita no sentido de realizar a transição energética porque até no nosso governo se aposta na indústria fóssil, nomeadamente o ministro do Mar e da Economia, António Costa e Silva, que é ex-CEO da petrolífera *Partex Oil and Gas*", defende.

Para 7 de novembro, a ação prevê o movimento "Fim ao Fóssil: Ocupa!" que terá lugar nas escolas e universidades de Lisboa: "Precisamos de toda a gente nesta luta para conseguirmos uma mudança."

ines.dias@dn.pt

As 1001 noites de Pedro Luz

BIOGRAFIA Plateau, Alcântara-Mar, Ad-Lib são nomes inesquecíveis para quem viveu a noite de Lisboa no final dos anos 80 e 90 do século passado. Tudo se deve à visão de Pedro Luz, o empresário agora "exposto" num livro de Rita Delgado.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

No início dos anos 80 do século passado, Pedro Luz decidiu adaptar em Lisboa alguns dos conceitos que viu nas suas viagens. Foi uma revolução na noite da capital.

No princípio era um miúdo reguila a crescer num país fechado ao mundo, em que a vida noturna era olhada com desconfiança e suspeição. Algumas décadas e muitas noites depois, Pedro Luz transformara-se no empresário que teve de negar um jantar no seu Alcântara Café a Mick Jagger porque a cozinha já estava fechada. Este trajeto empresarial, no mínimo surpreendente, que mudou de forma radical a vida cultural de Lisboa, é agora reconstituído por Rita Delgado, advogada, escritora e também antiga namorada do biografado, no livro Pedro Luz – Um Homem, Quatro Vidas, lançado esta 6.ª feira, em Lisboa

Empresário de visão e homem de altos critérios estéticos, é como o define, no seu depoimento, a escritora Maria João Lopo de Carvalho, que o considera o nosso *Great Gatsby* (numa alusão ao romance, um dos mais importantes do século XX, de Scott Fitzgerald): "Entrar no mundo de Pedro Luz é entrar no *Great Gatsby* do século XXI (…) Admiro a variedade inesgotável da sua vida. Acendeu a noite de Lisboa; tornou-se uma referência para muitas gerações e o traço da sua luz ficará muito para além de uma vida. Um homem e um esteta que transporta em si o extremo requinte das muitas esquinas e pontes do mundo. Um homem de sensibilidade e bom gosto, um congregador de pessoas, amigos, entendimentos e diferenças." Maria João é uma das muitas convocadas por Rita Delgado para falar de Pedro Luz como amigo, mas também como figura marcante da vida nacional.

Ao longo de anos de convívio (conheceram-se há mais de 20), com muitas viagens pelo meio, Rita foi-se encantando com as muitas histórias e personagens de Pedro. Ela, que desde menina escreve para se entender e que é de uma família em que a vida não é apenas um somar de dias (é neta do General Humberto Delgado), foi registando o que ouvia. Mas, desafiada por uma amiga (Cila do Carmo), entendeu que não era imparcial e que importava ouvir

outros pontos de vista, como nos conta: "Eu, que achava que conhecia a vida toda dele, acabei por descobrir imensas coisas. Até porque o Pedro não só é uma pessoa que não fala muito de si como não fica a pensar no que já passou." Ao desafio de Rita, responderam os amigos, os filhos, as ex-mulheres e namoradas, as pessoas que com ele trabalham ou trabalharam, o que não a surpreendeu totalmente: "Ele mantém as relações dele ao longo do tempo. É uma pessoa muito ponderada, que tenta perceber as reações dos outros e pôr-se no lugar do outro. Isso faz parte da sua solidez e do cuidado que põe em tudo."

Esta história começa na década de 1960, quando uma boa parte da juventude europeia e norte-americana decidiu glosar um dos lemas do parisiense Maio de 68 – "Sê realista, exige o impossível". É também a época dos *black panthers* nos Estados Unidos, da contestação à intervenção norte-americana no Vietname, da minissaia, dos Beatles e dos Doors. "Aos 16 anos – conta Rita Delgado – o Pedro tornou-se o agente da primeira banda rock que houve em Portugal, os EKos. Negociava os contratos deles, pouco depois meteu-se no mundo da moda, a comprar o que se usava no estrangeiro para vender cá." Uma história que o próprio conta na primeira pessoa no livro: "Pagavam muito mal, mas como sempre gostei de música, comprava e revendia gira-discos e outros materiais musicais, pelo que fazia algum dinheiro; o meu primeiro trabalho mais sério neste mundo foi quando me tornei agente de uma banda de rock (…) O baixista dos Ekos tinha uma casa que vendia caixões, onde ensaiavam e eu ia assistir (…); sempre tive um fascínio por música, acompanhei o aparecimento dos Beatles, dos Stones, do Bob Dylan, vivi intensamente toda aquela explosão de liberdade, de festa associada à arte; era o tempo dos Rat Pack, que mais tarde vieram a inspirar o Ocean's Eleven; Sinatra, Dean Martin e Sammy Davies estavam em grande forma, eles fizeram Las Vegas! Antes de ir para a tropa eu fazia vida na Av. Álvares Cabral, ia muito aos cafés Guanabara e Dione, onde

PEDRO LUZ - UM HOMEM, QUATRO VIDAS
Rita Delgado
Editor: IN
352 páginas

PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

Rita Delgado conta como o trajeto empresarial de Pedro Luz mudou de forma radical a vida cultural de Lisboa.

conheci o José Luís Mateus, o manager dos Ekos, que vivia ao lado da minha rua; foi aí também que fui apresentado ao Mário Guia (…).”

Foi também por essa época que Ana Salazar o conheceu e se tornou amiga para a vida, como conta também nesta biografia: “O Pedro esteve sempre numa linha mais *sportswear*, como se fosse a Dsquare, mas era um *sportswear* muito especial, jeans com muita qualidade; quando passa a fazer as próprias coleções começa a vender que nem um louco; depois, quando a roupa fica uma chatice, muda; logo que sente no ar que as coisas já eram, ele não perde tempo.”

Pôr no mapa a noite de Lisboa

A Democracia chegara a Portugal em abril de 1974, mas a mentalidade, é sabido, não se muda por decreto. Como nos recorda Rita Delgado “no princípio dos anos 80, a noite de Lisboa resumia-se a casas de fados e a um ou dois espaços como o Stones ou o VanGogo, em Cascais. É nessa altura que o Pedro viaja muito, vê conceitos estrangeiros e reinterpreta em Portugal, nunca pela via do *franchising*, mas pela adaptação à realidade nacional.” Compreende também que importa investir em zonas da cidade que estavam subaproveitadas, como Alcântara, onde abre o Plateau, ainda hoje aberto nas Escadinhas da Praia, ou o Alcântara Mar e o restaurante Alcântara Café (mais tarde também o Dock's e o Indochina). Mas só compreenderemos o alcance de tais decisões se viajarmos mentalmente para a década de 1980: “Naquele tempo – escreve Rita – as cidades não estavam a uma distância de um *click*. O Pedro teve algumas das discotecas e restaurantes mais emblemáticos de Lisboa, inventou a primeira cadeia de restaurantes portuguesa, abriu sessenta e cinco do Minho ao Algarve, e agora é dono do magnífico Brown's Hotel Group. Sempre que fecha a porta de um negócio abandona o palco sem olhar para trás, sabe que nunca retornará, e recomeça noutro lado com a mesma paixão. E a sua forma de aprender foi sempre através das viagens pelo mundo, estas são um segundo eu do Pedro. São a sua verdadeira família. Detesta viajar sozinho, mas a viagem é dele mesmo.”

A abertura do Alcântara Mar, no já distante ano de 1988, foi uma “loucura”, como Rita nos conta no livro: “Não existiam *e-mails* em Portugal, os convites eram enviados por correio. A lista de convidados era extensa e eclética. Construída desde sempre pelo Pedro, com os melhores clientes das lojas de roupa, depois continuada e trabalhada no Plateau. Naquela noite não esteve meia Lisboa, esteve Lisboa inteira. Os automóveis estacionados iam de Alcântara até à antiga FIL. Foi um rompante, as ruas cheias de pessoas, que quase se atropelavam para entrar. Nas imediações as pessoas também pululavam, houve quem esperasse muitas horas para conseguir entrar. Só era admitido quem tivesse convite ou fosse acompanhado de alguém portador de um. Foi uma loucura, de parar o trânsito. Como dizia o Sr. Aníbal Vila: ‘Uma descoberta, as pessoas não sabiam o que era aquilo, nem ao que iam’. —A enchente superou todas as expectativas. Tinham sido enviados cinco mil convites e apareceram muito mais de cinco mil pessoas; claro que iam rodando, não chegaram todas à mesma hora e a festa só acabou às sete da madrugada (…).” Mas este é também o livro de um homem que não descansou à sombra destes sucessos (e do dinheiro que ganhou com eles) mas que fechou vários negócios emblemáticos quando deixaram de fazer sentido para si e abriu outros, o mais recente dos quais é o Brown's Hotel, na Rua Rodrigues Sampaio, em Lisboa, onde será lançado este livro.

Pedro Luz e Rita Delgado.

> Pelo livro de Rita Delgado não passam só as 1001 noites de Pedro Luz; passa todo um país conquista do direito à beleza e à diversão.

Com os seus leitores, Rita Delgado partilha algumas das suas inquietações ao longo deste trabalho de anos: “Conseguirei transmitir a riqueza da vida do Pedro? Irei escrever sem lamechices, sem branquear, ou sem cair no ridículo por tanto enaltecer? Será pretensiosa a minha crença, teimar em mostrar as quatro vidas deste homem? As vozes críticas podem dizer que é um percurso dedicado a frivolidades. Acredito que não são apenas as atividades políticas, científicas, artísticas ou humanitárias que merecem ser contadas.” Inquietações à parte, Rita avançou. Por estas páginas passam muito mais do que as 1001 noites de Pedro Luz; passa todo um país conquista do direito à beleza e à diversão.

dnot@dn.pt

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E INCLUSÃO

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea *d)*, e 56.º, n.º 2, alínea *a)*, da Constituição, do artigo 134.º do Regimento da Assembleia da República e dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), avisam-se estas entidades de que se encontra para apreciação, de 23 de setembro a 23 de outubro de 2022, o diploma seguinte:

Projeto de Lei n.º 304/XV/1.ª (BE) — *Altera o Regime Jurídico Aplicável à Contratação a Termo procedendo à vigésima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.*

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a: *10CTSSI@ar.parlamento.pt*; ou em carta, dirigida *à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à *Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

O texto do citado diploma encontra-se publicado na Separata n.º 24/XV do *Diário da Assembleia da República*, de 23 de setembro de 2022, e pode ser consultado na «Página» Internet da Assembleia da República, na morada: http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx

O famoso questionário Proust respondido pelo *chef* do restaurante Mesa de Lemos, da Quinta de Lemos, Viseu **Diogo Rocha**

"A Maria de Lourdes Modesto é a minha heroína histórica"

A sua virtude preferida?
Perspicácia.

A qualidade que mais aprecia num homem?
Autoconfiança.

A qualidade que mais aprecia numa mulher?
Sensatez.

O que aprecia mais nos seus amigos?
Honestidade.

O seu principal defeito?
Teimosia.

A sua ocupação preferida?
Viajar.

Qual é a sua ideia de "felicidade perfeita"?
Bem-estar e bem viver junto da família e amigos.

Um desgosto?
Sempre que sinto que falhei.

O que é que gostaria de ser?
Uma incontornável referência da gastronomia portuguesa.

Em que país gostaria de viver?
Austrália.

A cor preferida?
Azul, gosto de olhar o céu.

A flor de que gosta?
Rosas vermelhas... são sedutoras.

O pássaro que prefere?
Canários, lembram-me o meu avô.

DR

O autor preferido em prosa?
Miguel Torga.

Poetas preferidos?
Sophia de Mello Breyner Andresen e Jorge Amado.

O seu herói da ficção?
Pai Natal, tem o poder de nos fazer sonhar.

Heroínas favoritas na ficção?
Mulher Maravilha.

Os heróis da vida real?
Os Bombeiros Voluntários.

As heroínas históricas?
Maria de Lourdes Modesto, pelo que fez pelo património gastronómico nacional.

Os pintores preferidos?
Grão Vasco e Draw, que em Viseu têm obra que pode ser vista - seja no Museu ou nas várias manifestações de street art espalhadas pela cidade.

Compositores preferidos?
Mario Laginha e Rui Massena.

Os seus nomes preferidos?
Diogo e Sara.

O que detesta acima de tudo?
Mentiras.

A personagem histórica que mais despreza?
António de Oliveira Salazar.

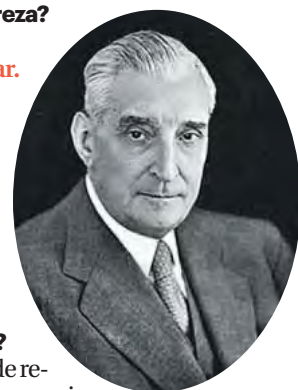
O feito militar que mais admira?
Revolução 25 de Abril.

O dom da natureza que gostaria de ter?
A capacidade de renovação e rejuvenescimento.

Como gostaria de morrer?
Com muita energia e mais de 100 anos.

Estado de espírito atual?
Ambição.

Os erros que lhe inspiram maior indulgência?
Outro defeito meu... sou pouco tolerante a erros.

A sua divisa?
Fazer mais e melhor que ontem. Começar o dia do zero com a vantagem de ter mais maturidade e conhecimento para fazer bem feito e com respeito do que nos rodeia, sejam as pessoas ou a natureza.

STARTUPS

O **Global Media Group** e a **EDP**, em parceria com a **Brisa**, a **Fidelidade**, o **Lidl**, a **Câmara Municipal de Cascais** e a **Câmara Municipal de Lisboa**, apresentam o Portugal Mobi Summit, uma das iniciativas de referência no debate dos temas de mobilidade sustentável.

O palco da **Grande Cimeira** também irá receber as ideias mais inovadoras nestas áreas com um espaço reservado a *pitches* de *startups* nacionais e internacionais selecionadas. Quem sabe se um deles não pode ser o seu?

INSCREVA JÁ A SUA PROPOSTA E PARTICIPE

portugalms.com

ORGANIZAÇÃO:

AUTOMOTIVE PARTNER:

MOBILITY PARTNER:

KNOWLEDGE PARTNER:

TECHNOLOGICAL PARTNER:

Nazaré Costa Cabral, presidente do Conselho das Finanças Públicas.

JOÃO SILVA / GLOBAL IMAGENS

Governo tem folga de 700 milhões de euros este ano apesar da crise

ORÇAMENTO Folga equivaleria ao valor de uma descida na taxa nominal de IRC de 21% para 13% ou 14 % durante um ano ou acomodaria aumentos superiores a 5% na Função Pública.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A inflação impulsionou de tal forma a receita de impostos e contribuições que, mesmo descontando as medidas de apoio às famílias entretanto avançadas para combater os efeitos da crise, confere uma folga efetiva (em termos líquidos) na ordem dos 700 milhões de euros à execução orçamental deste ano, indicam dados ontem avançados pelo Conselho das Finanças Públicas (CFP). Só para se ter um termo de referência, esta folga dos 700 milhões de euros, ou mais, equivale a uma descida na taxa nominal de IRC de 21% para 13% ou 14 % durante um ano.

Em resposta a uma questão do *DN/Dinheiro Vivo*, a presidente do CFP disse ontem, na conferência de imprensa de apresentação do novo estudo sobre as perspetivas económicas e orçamentais, que a receita adicional em impostos e contribuições rondará (em termos brutos) 4,2 mil milhões de euros por força do efeito positivo de curto prazo que a inflação está a dar às finanças públicas. Adicional face ao que estava previsto no Orçamento de Estado de 2022 feito em abril, tinha a guerra da Rússia contra a Ucrânia acabado de começar.

No entanto, face à gravidade da situação e ao prolongamento do conflito, o governo avançou no início deste mês de setembro com novas medidas de apoio aos rendimentos das famílias (pacote Famílias Primeiro) que este ano deverá devolver cerca de 3,5 mil milhões de euros.

O plano total, que terá efeitos em 2023 (caso do benefício fiscal a senhorios por causa da limitação ao aumento das rendas, congelamento dos preços dos passes urbanos e viagens da CP ou prolongamento da redução do IVA da eletricidade), ascende a 2,4 mil milhões de euros, como já foi anunciado.

Assim, a diferença entre o encaixe bruto e temporário em receita (os referidos 4,2 mil milhões) e os 3,5 mil milhões que devem ser injetados na economia familiar este ano dá "cerca de 760 milhões de euros", explicou Nazaré Costa Cabral, a presidente do CFP.

De referir que o CFP não contou com o pacote de novas medidas para apoiar as empresas por este não estar bem especificado por parte do governo. Sabe-se que pode custar 1,4 mil milhões de euros ao erário público (segundo disse o ministro da Economia, António Costa Silva), mas o valor efetivo a desembolsar dependerá da adesão e da elegibilidade das empresas. O seu *timing* também é incerto. Pode cair em 2022 mas também prolongar-se por 2023.

> Presidente do Conselho das Finanças Públicas não exclui uma recessão em Portugal e confessa estar "muito preocupada com o custo da habitação a ser suportado pelas famílias".

Seja como for, o governo está nesta altura a trabalhar numa execução orçamental um pouco mais folgada do que seria de esperar numa conjuntura tão adversa como a atual.

Essa margem de manobra permitirá a Fernando Medina um primeiro "brilharete" orçamental como ministro das Finanças. O défice público deste ano (medido em contas nacionais) pode ficar nos 1,3% do produto interno bruto (PIB), segundo estima agora o CFP.

E em 2023 as contas públicas podem até registar um novo excedente orçamental de 0,1%, repetindo a marca inédita e histórica alcançada em 2019, antes de rebentar a pandemia. A meta de défice do Orçamento do Estado para 2022 é (era) 1,9%, segundo o governo.

Para alcançar um novo excedente assim será crucial disciplina na despesa, sobretudo nos salários dos funcionário públicos. António Costa, o primeiro-ministro, já ancorou a atualização de 2023 nos 2% de modo a evitar alimentar espirais inflacionistas. Segundo cálculos do CFP, um aumento de 2% (nominal) na função pública custará mais 255 milhões de euros ao governo, mas não livra os funcionários de um severo corte no poder de compra, superior a 3% se a inflação de 2023 chegar a 5,1%, como prevê o CFP. Mas pode ser pior do que isto.

Usando a expressão do Presidente da República, Medina tem aparentemente um "espaço de manobra" considerável, ainda que temporário. O efeito positivo da inflação muito elevada na receita e a descontinuação de muitas medidas da pandemia (cerca de 2,9 mil milhões de euros em poupanças orçamentais) ajudam a explicar a aparente folga.

As previsões do CFP são feitas no pressuposto de que as medidas de política orçamental são invariantes. Como já tem sido escrito, a inflação muito elevada está a empolar bastante as receitas fiscais, oferecendo ao governo a possibilidade de uma gestão orçamental menos apertada, pelo menos no curto prazo.

Um exemplo disso são as várias medidas de apoio ao rendimento das famílias (que aumentam a despesa deste ano de forma significativa) anunciadas, mesmo quando se perfilam cenários de recessão internacional e europeia no horizonte e se amontoam dúvidas sobre o futuro da enorme dívida portuguesa num ambiente de forte subida das taxas de juro. É uma das grandes preocupações do CFP neste novo exercício, um dos maiores riscos para as contas num futuro próximo.

Assim, mesmo com mais encargos (veja-se o exemplo do pacote Famílias Primeiro, avaliado em 2,4 mil milhões de euros, esperando-se que o valor dos apoios a conceder seja especialmente significativo já em outubro próximo), o défice deste ano deve ser inferior ao que está orçamentado no Orçamento do Estado de 2022 (no OE2022 a meta é 1,9%), diz o Conselho.

A carga da receita fiscal, que em 2021 equivale a 25% do PIB, deve subir para 25,3% este ano e para 25,7% no ano que vem, diz a entidade que avalia as finanças públicas. Assim, mesmo com mais despesa (os novos apoios referidos, por exemplo) e num ambiente económico altamente incerto e hostil, o défice final de 2022 pode ficar nos tais 1,3%, bem abaixo dos 1,9% enunciados pelo ministro das Finanças.

Ainda esta semana, Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da República, disse que "era importante" que os portugueses soubessem qual o cenário macroeconómico previsto pelo governo de modo a que se perceba que "espaço de manobra" existe no Orçamento do Estado para 2023. Pelos vistos, pode haver algum, sobretudo se o governo conseguir descontinuar em 2023 algumas das medidas que avançou agora no sentido de apoiar os rendimentos familiares (de trabalhadores e pensionistas). Se a crise energética aliviar, mais ainda.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

"Estamos endividados. E agora?" Os bancos podem dar uma ajuda, garante o setor

FINANÇAS Associação Portuguesa de Bancos explica que já existe um conjunto de ferramentas que os bancos tentam adotar para ajudar os clientes em dificuldades financeiras, para evitar que entrem em incumprimento.

ACÁCIO FRANCO / ARQUIVO / GLOBAL IMAGENS

As dores de cabeça com as contas podem ser menores com uma negociação atempada com o banco que evite o incumprimento, defende a APB.

Os bancos estão longe de ter hoje aquela imagem vitoriana da entidade que está à espera de que os clientes deixem de poder pagar as contas para lhes caírem em cima, mal entram em incumprimento. É para combater esta ideia antiquada e desajustada do *banco-papão*, e divulgar o leque de mecanismos que os bancos têm à disposição para ajudar as famílias, que a Associação Portuguesa de Bancos está empenhada em facultar esta informação no seu *site www.saberdecontas.pt*. O que ganha mais valor no atual contexto inflacionário e de subidas de juro, que impacta muito no poder de compra dos portugueses e no seu crédito à habitação.

"Os bancos, conjuntamente com os seus clientes, são dos principais interessados em encontrar soluções que visem evitar o incumprimento ou que permitam regularizar a situação quando o cliente já está, efetivamente nessa situação", explica a Associação Portuguesa de Bancos (APB). Afinal, não há nenhuma instituição bancária que queira ter crédito malparado.

É por isso que no momento de concederem crédito, os bancos fazem uma avaliação do risco do cliente, para perceberem o seu nível de solvência e capacidade de cumprirem obrigações. Vão ao ponto de fazer as contas para saberem se consegue continuar a pagar as suas prestações, caso ocorra uma agravamento das taxas de juro até três pontos percentuais.

Pode parecer excessivo, mas são cálculos que também ajudam o cliente a perceber até onde pode ir. Mesmo a Ficha de Informação Normalizada Europeia (FINE), que o banco fornece aos clientes, tem tudo o que é preciso saber sobre o impacto de um eventual agravamento da taxa de juro no valor da prestação mensal.

Com o contexto inflacionário a obrigar o Banco Central Europeu (BCE) a subir a taxa de juro de referência da Zona Euro já em 125 pontos neste verão, o impacto no crédito à habitação já se faz sentir para muitas famílias e parte delas poderão mesmo sentir dificuldades no pagamento das suas prestações da casa – além de outras em crédito.

A este propósito, a APB lembra que há "um conjunto de procedimentos e boas práticas que os bancos podem adotar perante um cliente em dificuldades financeiras".

Desde logo, diz a associação, estas entidades têm "procedimentos e processos em vigor para a deteção de indícios de dificuldade financeira, de forma a identificar os clientes que possam estar em tal situação e assegurar a sua pronta e eficiente gestão".

É então que se inicia uma operação de busca de informação. O banco procura "obter junto do cliente as informações e documentos adequados que permitam aferir as suas circunstâncias individuais". E "de acordo com as informações fornecidas pelo cliente", propõe "soluções adequadas e acessíveis".

De seguida, junta a APB, os bancos empenham-se em "transmitir, com clareza, boa-fé e diligência, as propostas de solução que considerem adequadas à situação financeira, objetivos, necessidades e expectativas dos clientes bancários". Afinal, ambas as partes estão interessadas em que a dívida seja regularizada.

"As soluções de reestruturação devem ser adequadas à prevenção ou regularização da situação de incumprimento", explica a APB, "e, dependendo do perfil ou tipo de dificuldade financeira do cliente, podem passar" por uma multiplicidade de medidas.

Uma das previstas, é a "concessão de um período de carência de capital". Ou seja, durante um tempo acordado, o cliente só paga juros, deixando de pagar as prestações do empréstimo.

Há ainda a possibilidade de "extensão da maturidade de amortização do empréstimo", isto é, prolongar a duração do mesmo, reduzindo a prestação. E até pode ser feito o "diferimento de uma parte do capital para uma prestação final", bem como a "consolidação de todas as dívidas bancárias ou de parte delas", de modo a ter menos juros a pagar e assim conseguir obter uma só prestação, de preferência menor.

Estes são alguns dos conselhos que a APB tem para dar. Há muito mais nas nas secções "Crédito à Habitação" e "Evitar o Sobre-endividamento", no *site* Saber de Contas.

O que são o PARI e o PERSI?

Uma das formas de evitar que os clientes bancários cheguem a momentos de incumprimento é fazer um acompanhamento atento da sua situação financeira. E quando surgem sinais de alarme, pode recorrer-se a dois instrumentos específicos.

Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI)
O PARI é usado em situações de dificuldade de pagamento de créditos com imóveis, pessoais ao consumo e operações com cartões de crédito.
Neste caso, por exemplo, pode ser renegociada a taxa de juro, a duração do empréstimo, a negociação de um período de carência, entre outros.

Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI)
Esta é uma ferramenta usada para clientes que já se encontram, de facto, em incumprimento.
O seu objetivo é facilitar a negociação entre o banco e o cliente para que, juntos, encontrem soluções que possam resolver as dificuldades financeiras deste último, sem terem de recorrer aos tribunais.
As soluções propostas podem até partir do próprio cliente, desde que sejam apropriadas e o banco chegue a acordo.
Mais uma vez, esta medida é destinada a resolver situações de incumprimento de crédito imobiliário, pessoal ao consumo e cartões de crédito.

Carlos Moedas, presidente da Câmara de Lisboa, apresentou propostas para mitigar o aumento do custo de vida.

RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGENS

Câmara aprova 22 medidas de combate à inflação. Oposição não ficou satisfeita

LISBOA Autarquia discutiu e votou um conjunto de propostas apresentado pelo Executivo que já incluía ideias apresentadas por os outros partidos. Contudo, a oposição ficou com reservas; o presidente Carlos Moedas fala em "dia importante para a cidade e para os lisboetas".

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Em 2023, as habitações municipais de Lisboa não vão sofrer aumento das rendas. A proposta foi ontem aprovada em reunião de câmara extraordinária e faz parte de um conjunto de medidas que a autarquia da cidade apresentou para mitigar o aumento do custo de vida e da inflação.

O Executivo liderado por Carlos Moedas tinha inicialmente proposto um conjunto de 22 medidas de combate à inflação destinadas a apoiar as famílias e as empresas da cidade. A juntar ao não-aumento das rendas, o Executivo municipal aprovou ainda o acesso automático à tarifa social da água e o reforço do Fundo de Emergência Social de Lisboa para famílias, mas também para as IPSS ou empresas sem fins lucrativos.

A autarquia de Carlos Moedas tinha alocado 12 milhões de euros para as empresas, num programa de apoio ao relançamento da atividade económica, que também foi aprovado.

Na reunião, o Executivo discutiu e votou ponto por ponto todas as propostas apresentadas pelos vereadores, o que resultou na aprovação do conjunto de 22 medidas, sendo que a maioria das propostas apresentadas pelo PS, PCP e BE foram sendo integradas com maior ou menor grau de especificidade no documento que acabou por ser aprovado.

Foram ainda aprovados dois pontos do Livre, nomeadamente a criação do programa *Lisboa 3C – Casa, Conforto e Clima*, que pretende levar a autarquia a financiar o isolamento térmico dos edifícios da cidade e, além disso, o partido conseguiu ainda fazer aprovar "uma proposta mais a longo prazo", que pretende mandatar o presidente da câmara a reunir com o governo tendo em vista a cedência dos quartéis militares ou outros edifícios desocupados para a criação de residências universitárias públicas.

Da parte dos vereadores do PCP, foram incluídas pelo Executivo nove das 10 propostas apresentadas, algumas com mudanças na tipificação – como a gratuitidade da rede de bicicletas Gira, que os comunistas queriam que fosse para todos e que o Executivo municipal defendia dever ser apenas para os residentes da cidade.

Já o Bloco de Esquerda viu oito medidas incluídas no documento aprovado, como o alargamento da gratuitidade do acesso aos equipamentos culturais do universo municipal para jovens e pessoas acima de 65 anos – que já estava prevista no documento submetido a votação mas que os bloquistas reivindicavam como sendo produto de uma negociação entre as forças políticas.

O PS conseguiu aprovar a única iniciativa que apresentou: o programa *ATACA – Atuação Transversal de Apoio, Combate e Assistência*, que se deve desenvolver em torno de cinco eixos estratégicos, nomeadamente ao nível da habitação, educação, transportes públicos, combate à pobreza energética e apoio ao terceiro setor.

Oposição fala em medidas pouco ambiciosas

Apesar da inclusão de propostas de todas as forças políticas no documento final, os vereadores da oposição lisboeta criticam a forma como as medidas foram apresentadas pelo Executivo.

O Bloco de Esquerda queixa-se de "falta de democracia", uma vez que, acusam, as 22 medidas "só foram apresentadas menos de 12 horas antes da reunião e sem negociação", algo que dizem ser "um desrespeito pelas regras da Câmara Municipal".

Por outro lado, a vereadora independente eleita pela Coligação Mais Lisboa (PS + Livre) também deixa críticas: "Aquilo que foi expressado pelo senhor presidente era a intenção em fazer um pacote conjunto de medidas concertadas entre nós e o BE, mas tal não aconteceu, e o que foi aprovado foi um pacote do presidente com medidas da oposição lá pelo meio".

Já o PS considera que as medidas representam "um programa sem ambição", feito com base "em truques", que "não vão aliviar a situação financeira de quase nenhum lisboeta".

Por fim, os vereadores do PCP denotam um "elevado grau de indefinição associado a várias medidas" ou "o insuficiente desenvolvimento de outras", algo que, consideram, fará com que "o efeito concreto deste pacote tarde a ser sentido". "Outras ainda terão um efeito dificilmente mensurável, uma vez que consistem simplesmente na não-concretização de alegados aumentos previstos pela atual gestão", acusam os comunistas.

Carlos Moedas, autarca da cidade, prefere destacar a aprovação de um pacote que diz ser "de uma dimensão que não esperava". "É um dia importante para Lisboa e para os lisboetas saberem que estarão mais protegidos no ano que aí vem", rematou.

rui.godinho@dn.pt

Algumas das medidas aprovadas

Habitação Rendas das casas municipais não vão sofrer aumentos em 2023.

Energia Todas as empresas que estejam sediadas em Lisboa serão abrangidas por um programa – que ainda será criado – de apoio à transição energética.

Cultura As entradas nos equipamentos culturais da cidade também não vão sofrer alterações para quem é residente em Lisboa.

Mobilidade O serviço de bicicletas partilhadas Gira passará a ser grátis para todos os residentes na cidade de Lisboa, mas há a possibilidade de a medida ser alargada a estudantes e trabalhadores na cidade.

Apoios Em 2023, a adesão ao acesso automático da tarifa social da água passará a ser automática.

Rendas O orçamento do Subsídio Municipal ao Arredamento Acessível vai ser duplicado para que possa ser alargado o número de famílias apoiadas – passando para mil –, com um custo total de 714 mil euros.

OLGA MALTSEVA / AFP

Cartaz em São Petersburgo a apelar para os russos se alistarem no Serviço Militar sob contrato.

A cláusula secreta que esconde a verdadeira mobilização

GUERRA Ministério da Defesa russo pode chamar até um milhão de pessoas. Kremlin desmente a notícia. Analistas norte-americanos não acreditam no sucesso da iniciativa anunciada por Putin.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O ministro da Defesa russo disse que o número de reservistas chamados para a "Operação Militar Especial" ascenderia a 300 mil, mas as declarações foram postas em causa com uma notícia a dar conta de uma cláusula secreta e de um número muito superior. Seja como for, observadores duvidam da eficácia da medida e a expressão "*carne para canhão*" é usada para defini-la. Enquanto nas regiões mais longínquas e pobres os homens começaram a ser transportados para instalações militares, nas grandes cidades prossegue a fuga do país.

Uma fonte governamental disse ao *Novaya Gazeta Europe* (fundado em abril por antigos jornalistas do periódico russo após o seu encerramento) o que o decreto presidencial sobre a mobilização militar parcial esconde. Entre os dez artigos do documento assinado por Vladimir Putin, e que se pode consultar *online*, no sétimo lê-se "para uso oficial", uma formulação para informar que aquele trecho é classificado. Ao *Novaya Gazeta Europe* uma fonte com acesso ao documento original disse que o artigo estipula o número máximo da mobilização parcial: "O número foi corrigido várias vezes e, no fim, fixou-se em um milhão". A Rússia tem um milhão de militares no ativo e dois milhões na reserva num total de 25 milhões que cumpriram serviço militar.

O porta-voz do Kremlin, que na véspera dissera aos jornalistas que a cláusula sob classificação se referia ao número total de reservistas e que o número era o revelado pelo ministro Sergei Shoigu – levantando a questão óbvia da relevância de ocultar um dado público –, respondeu no dia seguinte à notícia com uma palavra: "Mentira", afirmou Dmitri Peskov.

Há muito que o Exército russo tem sentido a falta de recursos humanos e o problema agravou-se nas últimas semanas. Como Putin não declarou guerra, a invasão assentou numa mistura de tropas de elite, contratados, voluntários, voluntários à força (prisioneiros e ucranianos arrebanhados nas autoproclamadas Repúblicas do Donbass) e ainda mercenários. A primeira consequência da mobilização militar é que os militares contratados que estão no terreno ficam sem direito a regressar a casa até ordens em contrário.

> O porta-voz do Kremlin disse, num dia, que o artigo classificado do decreto se refere ao número máximo de reservistas a chamar e, no dia seguinte, negou que seja um milhão de pessoas.

Putin assegurou no discurso aos russos não querer estudantes de arma na mão, e que os chamados das reservas serão pessoas com experiência nas Forças Armadas. O decreto, contudo, só estabelece uma exceção: os empregados no complexo militar-industrial.

Para o ex-comandante do Exército dos EUA na Europa Mark Hertling, o anúncio é de fazer "cair o queixo". O antigo militar, que visitou por duas vezes quartéis na Rússia, afirma que a formação básica dos soldados russos é "pobre" tal como o são as chefias, pelo que prevê uma mobilização "extremamente difícil", ao que soma levar "novatos para uma linha da frente arrasada e com baixo ânimo".

Já Michael Kofman, diretor do instituto de Defesa CNA, citado pelo *New York Times*, disse que a medida "começa a dar resposta aos problemas estruturais que a Rússia tem tido com a escassez de mão-de-obra". No entanto, "não vai mudar muitos dos problemas que os militares russos têm tido nesta guerra, e os militares ficarão limitados quanto ao número de forças adicionais que podem destacar para o terreno". Isto porque, com o arrastar da guerra, as perdas de equipamento e de munições acumulam-se e as sanções económicas impedem a sua substituição com facilidade. "Sem o apoio maciço da artilharia, estes novos soldados serão pura carne para canhão, sentados em trincheiras frias e húmidas este inverno, enquanto as forças ucranianas continuam a pressionar", comentou outro antigo comandante dos EUA, Frederick Hodges.

Zelensky quer punir Rússia

Numa intervenção ovacionada pela maioria dos presentes na sede das Nações Unidas, o presidente ucraniano defendeu a punição da Rússia pela invasão do seu país. "Um crime foi cometido contra a Ucrânia e nós exigimos um justo castigo", disse Volodymyr Zelensky numa mensagem vídeo. Essa punição passa pela retirada do poder de veto no Conselho de Segurança, a criação de um tribunal especial para julgar os crimes de guerra e no qual os procuradores procurem o dinheiro russo para as reparações de guerra.

Tendo ignorado a ameaça nuclear do último discurso de Vladimir Putin, Zelensky disse: "Apenas uma entidade entre todos os estados-membros da ONU diria agora, se pudesse interromper o meu discurso, que está feliz com esta guerra." A Ucrânia, prosseguiu, "não deixará esta entidade prevalecer, apesar de ser o maior Estado do mundo". Para tal, o seu país necessita de continuado apoio externo, seja de armas e munições, seja financeiro, recordou. Mas também precisa que mais países se definam perante a invasão russa, alguns dos quais, criticou sem nomear, têm medo de abdicar dos seus "interesses particulares".

Ao falar do seu roteiro para a paz, que inclui a integridade territorial do seu país, garantias de segurança e de autodefesa, voltou a criticar a neutralidade. "O que é que a nossa fórmula para a paz não inclui? Neutralidade. Aqueles que falam de neutralidade quando vidas humanas e valores estão sob ataque querem dizer outra coisa." E terminou a dizer que a Ucrânia está pronta para uma paz "verdadeira, honesta e justa", mas do outro lado "dizem querer conversações mas anunciam mobilizações militares e pseudo-referendos".

cesar.avo@dn.pt

Católicos superam protestantes na Irlanda do Norte. E agora?

CENSOS Republicanos do Sinn Féin dizem que dados são uma indicação da "mudança histórica" que está a acontecer. Já os unionistas do DUP alegam ser "preguiçoso" tirar "conclusões políticas".

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Cem anos depois de ter sido criada, a Irlanda do Norte já não é um reduto protestante, com os dados dos censos de 2021 a revelar que, pela primeira vez, há uma maioria de católicos. Os números, que foram conhecidos ontem, reforçam o debate sobre uma eventual reunificação das Irlandas, depois da pressão colocada pelo Brexit e quando há um novo rei no trono britânico.

Os números revelam que 45,7% da população se identifica como católica ou foi educada como católica, face a 43,48% de protestantes ou de outra denominação cristã. Há dez anos, 45,1% diziam-se católicos e 48,4% protestantes. A população católica é, em média, mais jovem e tem mais filhos, pelo que a tendência é para esta diferença vir a crescer, enquanto são mais os protestantes que agora se identificam como sem religião. Uma em cada seis pessoas diz não ter religião, um aumento de 10 pontos percentuais em relação aos censos de 2011.

"O resultado destes censos é outra indicação clara de que uma mudança histórica está a acontecer nesta ilha", disse a líder dos republicanos do Sinn Féin, Michelle O'Neill, que venceu as eleições de maio e defende a reunificação das Irlandas. "Tirar conclusões políticas com base no número de protestantes e católicos é simplista e preguiçoso", indicou por seu lado o deputado Philip Brett, dos unionistas do DUP, que quer a continuação da relação com o Reino Unido.

O rei Carlos III cumprimenta a líder dos republicanos do Sinn Féin na Irlanda do Norte, Michelle O'Neill.

NIALL CARSON / POOL / AFP

Passado e futuro

A Irlanda do Norte foi criada em 1921, agregando seis dos nove condados da província do Ulster de maioria protestante que queriam manter os vínculos com o Reino Unido. Entretanto, no sul, os nacionalistas veriam ser reconhecida a independência da Irlanda em 1922 – a república nasceria formalmente em 1949. No norte, a tensão entre ambas as comunidades culminou nas três décadas dos chamados *Troubles*. O conflito opôs unionistas e nacionalistas a partir do final da década de 1960 e chegaria ao fim com a assinatura, em 1998, dos acordos de paz de Sexta-Feira Santa.

Estes acordos preveem que o estatuto constitucional da Irlanda do Norte só pode ser mudado com o consentimento da população, devendo o líder regional convocar um referendo se houver uma mudança na opinião pública. Os acordos não explicam contudo como essa mudança deve ser avaliada.

A religião não tem que corresponder diretamente à posição política de alguém no debate sobre o futuro da Irlanda do Norte, já que um protestante não é automaticamente um unionista, tal como um católico não tem que ser obrigatoriamente um nacionalista. Contudo, essa é a leitura que muitos fazem, ajudados por outros dados.

Nos censos de 2011, foi colocada pela primeira vez uma questão sobre "identidade nacional". Nesse ano, 40% da população considerou-se apenas britânica, 25% disseram-se só irlandeses, 21% norte-irlandeses e 6% indicaram sentir-se como britânicos e norte-irlandeses. Dez anos depois, 31,9% dizem serem apenas britânicos (menos 8,1 pontos percentuais) e 29,1% identificam-se só como irlandeses (mais 4,1 pontos). O número dos que se dizem apenas norte-irlandeses caiu ligeiramente, para os 19,8%, havendo ainda 8% que se consideram britânicos e norte-irlandeses.

Entre o censo de 2011 e o de 2021, o número de cidadãos com o passaporte irlandês aumentou 63,5%, de 375 800 para 614 300. Contudo, neste caso, o Brexit terá sido a principal razão – a Irlanda do Norte votou contra a saída do Reino Unido da União Europeia, tal como a Escócia – já que muitas pessoas não querem perder os benefícios de ter um passaporte europeu. O número de passaportes britânico caiu de 1,07 milhões para um milhão.

Por último, há os resultados eleitorais. Pela primeira vez, o Sinn Féin – antigo braço político do IRA –, venceu as eleições para a assembleia regional da Irlanda do Norte – apesar de os três partidos unionistas continuarem a ter, em conjunto, uma percentagem maior de votos e mais deputados. Ao abrigo dos Acordos de Sexta-Feira Santa, é obrigatória a partilha do poder, mas o partido unionista mais votado (o DUP) tem rejeitado formar governo com o Sinn Féin sem ver resolvida a questão do Protocolo da Irlanda do Norte. O mecanismo paralelo aos acordos do Brexit, criado para evitar o regresso da fronteira física entre as Irlandas, cria contudo uma barreira entre a Irlanda do Norte e o resto do Reino Unido. Sem acordo até 28 de outubro, haverá novas eleições.

A juntar a estas questões, surge agora a morte de Isabel II, após 70 anos de reinado, com Carlos III – considerado menos popular – a assumir o trono. O novo monarca recebeu "vivas" mas também vaias durante a sua visita à Irlanda do Norte, antes do funeral da mãe. Na cerimónia de homenagem a Isabel II, o líder da assembleia regional, Alex Maskey, do Sinn Féin, elogiou o papel que a rainha desempenhou enquanto figura reconciliadora no processo de paz, mas enviou recados. "Ao lembrarmos a liderança positiva de Isabel II, vamos refletir sobre se essa liderança ainda é necessária. E sejamos suficientemente honestos para reconhecer que, muitas vezes, essa liderança está a faltar quando é mais necessária", disse.

susana.f.salvador@dn.pt

45,7%

Católicos Dos 1,9 milhões de habitantes da Irlanda do Norte, 45,7% dizem ser católicos ou ter sido educados como católicos. Há dez anos eram 45,1%. Os protestantes eram 48,4% e são hoje 43,48%.

BREVES

Irão corta redes sociais após protestos

As autoridades iranianas bloquearam ontem o acesso ao Instagram e ao WhatsApp (duas das redes sociais mais usadas no Irão), no sexto dia de protestos pela morte de uma jovem que foi detida pela polícia de costumes por usar o véu islâmico (*hijab*) de forma imprópria. As autoridades têm respondido aos protestos que se seguiram à morte de Mahsa Amini, de 22 anos, com violência, com a televisão estatal a falar em pelo menos 17 mortos, entre os quais quatro membros dos serviços de segurança. Uma organização de direitos humanos fala contudo em 31 mortos, todos civis. Os protestos têm tido repercussão internacional, com os EUA a colocarem a polícia de costumes iraniana na sua lista de sanções, considerando que foram responsáveis pela morte de Amini,que apelidaram de mais um "ato de brutalidade" do regime.

Perpétua para líder do Khmer Vermelho

O tribunal especial para julgar os crimes do Khmer Vermelho no Camboja confirmou ontem a pena de prisão perpétua por genocídio contra o ex-presidente do regime, Khieu Samphan, na última decisão antes da dissolução desta instância apoiada pela ONU. O tribunal, que custou mais de 330 milhões de dólares e só acusou cinco líderes do Khmer Vermelho – tendo dois morrido antes do julgamento – concluiu que o ex-governante de 91 anos também é culpado de crimes contra a humanidade, incluindo assassinatos, escravidão, casamentos forçados e violações. O ex-presidente do regime comunista (1975-1979), que na prática era comandado por Pol Pot, tinha sido condenado em 2018, mas recorreu. Khieu Samphan sempre negou ter tido qualquer papel nas políticas que levaram à morte de cerca de 1,7 milhões de pessoas.

Opinião
Raul M. Braga Pires

Poderá a "Agência Espacial Marroquina" vir a ser lusófona?

Claro que não, "cada macaco no seu satélite", dirá o provérbio espacial do futuro! No entanto, este debate que à primeira vista pode parecer estapafúrdio, surgiu na sequência da comunicação do nosso Tenente-Coronel de Engenharia (Força Aérea) Pedro Silva Costa, no âmbito do XVII Curso de Estudos Africanos que decorre no Instituto Universitário Militar (IUM) até ao próximo dia 30, sob o mote "Cooperação de Defesa na CPLP" e que reúne militares, polícias e académicos do Minho a Timor, sem esquecer um "porta-aviões chamado Brasil". O nosso Tenente-Coronel, para além de docente no IUM, é também um dos representantes das Forças Armadas Portuguesas na Agência Espacial Portuguesa, que enquadra a Agência Espacial Europeia e a sua comunicação na passada quarta-feira, versou "Os desafios tecnológicos do futuro em África. Desafios e oportunidades para a CPLP". Identificadas as principais agências espaciais africanas e respectivas capacidades (do Magrebe à África do Sul são 21, dos quais 14 países já lançaram satélites), cujo meu interesse e dúvidas recaíram naturalmente sobre as capacidades marroquinas nesta área. Porquê? Porque já li muito sobre o assunto, sobretudo a propósito do lançamento dos dois últimos satélites alauitas, ambos em novembro, um em 2017 e outro em 2018. Este "momento de ponta marroquino", coincidiu também com a inauguração do TGV de Tânger a Casablanca e a euforia geral foi tal que nos táxis, nos cafés e nos noticiários se falava em "ciência marroquina"! Tendo um especialista na matéria à frente e um microfone na mão, tive de perguntar. Afinal é bazófia ou é mesmo assim, já que também tinha lido um "zum-zuns" que um desses satélites já estaria inoperacional, pouco tempo após o seu lançamento. O nosso engenheiro de farda azul foi claro. Marrocos não tem dois satélites por cima das nossas cabeças, mas sim três, sendo que um encontra-se de facto inoperacional (o primeiro lançado em 2001 já terá cumprido a sua missão e morreu de morte natural, conforme previsto). Menos mal, já que um 2-1 continua a ser uma vitória para a equipa da casa!

Em resumo, Marrocos está confortável no espaço, mas ainda lhe falta chão para que o "Mohamed VI-A" e o "Mohamed VI-B", satélites de reconhecimento e observação da Terra, tenham a melhor performance possível. Porquê? Porque um satélite precisa do maior número possível de estações em terra, para que a transmissão das imagens chegue o mais rápido possível. Actualmente o serviço é lento, quando poderia ser mais célere. É aqui que o Espaço Lusófono poderá fazer a diferença, pela proximidade com o território marroquino. Ou seja, esta proximidade até é irrelevante para o acelerar do processo de envio de imagens. Uma estação de terra na Nova Zelândia terá o mesmo efeito acelerador que uma em Cabo Verde, na Guiné-Bissau ou na ilha de Santa Maria (Açores). Mas é aqui que as boas relações fazem a diferença, já que a competição é global. Porquê a Nova Zelândia e não Santa Maria? Ilha já com um destino aeroespacial definido e privilegiado, porque isenta de poluição luminosa e radiofrequência! Ora Marrocos pediu em 2012 apoio a S. Tomé e Príncipe para obter o estatuto de Observador da CPLP, que ainda se mantém em negociação. Talvez seja o Espaço que o nosso Tenente-Coronel Pedro Silva Costa definiu "como o melhor domínio para a cooperação internacional", a ajudar a alavancar esta vontade marroquina de integrar a lusofonia formal e esta, formalmente lhe dê chão para que do céu conquiste a "Terra Prometida" a que naturalmente tem direito!

Resta-me agradecer ao IUM a oportunidade de participar nesta formação de altos quadros da lusofonia e ao nosso Tenente-Coronel Pedro Silva Costa pela disponibilidade e colaboração neste artigo. Bem-hajam!

Marrocos não tem dois satélites por cima das nossas cabeças, mas sim três, sendo que um encontra-se de facto inoperacional."

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt (em reparação)
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

Putin procurou sequestrar a agenda da Assembleia Geral

António Guterres abriu a sessão de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas deste ano com uma frase muito forte. Afirmou que estamos metidos, a nível mundial, numa grande embrulhada, perigosa e multidimensional: às fraturas geopolíticas e às alterações climáticas, acrescentou os riscos em matéria de segurança alimentar, a escalada dos preços dos bens essenciais, as desigualdades, os conflitos armados e a violência contra as populações civis, que causam tragédias humanitárias em vários países. Perante tudo isto, e a paralisia dos mecanismos internacionais criados para resolver estes problemas, disse ver no horizonte imediato um inverno de descontentamento global.

Foi um discurso realista. Para evitar uma leitura inteiramente pessimista das suas palavras, Guterres propôs algumas medidas concretas e sublinhou que apenas a cooperação internacional – e não a política de blocos e de confrontação – poderá encontrar as respostas adequadas. As medidas que propôs concentraram-se sobretudo nas áreas do apoio ao desenvolvimento e ambientais. Faltou uma referência mais política que sublinhasse o imperativo da reforma do Conselho de Segurança e uma exortação à Rússia para que cesse a agressão contra a Ucrânia. Não obteria grandes resultados com esses apelos, é verdade. Mas, enquanto líder da ONU, teria sido fundamental mencionar essas duas questões, que se encontram no âmago e na génese de uma boa parte dos problemas atuais.

Este segmento da Assembleia Geral (AG) trouxe a Nova Iorque um grande número de chefes de Estado, de governo e de ministros dos negócios estrangeiros. Não vieram apenas por esta ser a primeira assembleia inteiramente presencial, depois das restrições impostas pela pandemia do coronavírus nos dois anos anteriores. Vejo na grande afluência deste ano, e na azáfama diplomática que decorre em simultâneo com o plenário, indicadores claros da importância que muitos países continuam a atribuir ao pilar político das Nações Unidas. Este período oferece oportunidades inigualáveis para toda uma série de encontros entre os dirigentes políticos dos mais diversos pontos do mundo. E a diplomacia é mais produtiva, quando se baseia em discussões frente a frente. A política internacional, aprendi ao longo da minha vida profissional, tem muito a ver com o tipo de vínculos que se conseguem estabelecer, com o relacionamento pessoal entre quem de facto detém o poder de decisão.

Guterres queria que a Assembleia Geral fosse abrangente e não apenas sobre a agressão contra a Ucrânia e as divisões que daí advêm. Em boa medida, os principais oradores procuraram responder a essa preocupação. Mesmo aqueles que não podiam deixar de condenar a Rússia, como Emmanuel Macron, que fez um dos discursos mais incisivos e brilhantes, ou Joe Biden, abordaram os grandes temas de fundo e manifestaram a sua vontade de reforçar os mecanismos multilaterais. Um exemplo disso foi a realização, em paralelo, de uma cimeira sobre a segurança alimentar, organizada conjuntamente pelos EUA, a UE e a União Africana.

Quem não quis ouvir o secretário-geral foi Vladimir Putin. Não só não veio a Nova Iorque – a última vez que participou numa AG foi em 2015 – como mostrou, uma vez mais, que sabe explorar os momentos mais oportunos para se tentar apoderar da agenda internacional. Assim, no segundo dia da AG e nas vésperas de uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança, ao nível ministerial – incluindo Sergey Lavrov –, o presidente russo ameaçou com uma nova escalada do conflito. Anunciou uma mobilização militar excecional, confirmou as farsas que serão os "referendos" desta semana nos territórios ocupados pela força e voltou a dar a entender que está pronto para utilizar todo o tipo de armamento, o nuclear incluído. Estas declarações passaram a ser o tema dominante em Nova Iorque e empurraram os outros grandes desafios para o rodapé das discussões. Assim se vê que Putin é atualmente o grande desestabilizador da ordem internacional. Representa também um perigo muito real, que não pode deixar de ser levado a sério.

Conselheiro em segurança internacional. Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

Uma seleção de quase mil milhões. CR7 com valor mais baixo em 18 anos

VALOR Bruno Fernandes é nesta altura o jogador mais valioso entre os 25 eleitos de Fernando Santos para o duplo compromisso de Portugal, com a Rep. Checa (dia 24) e a Espanha (dia 27).

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Esta é (provavelmente) a seleção nacional mais valiosa de sempre. Fernando Santos tem à disposição um conjunto de futebolistas avaliados em 938 milhões de euros para o duplo compromisso de Portugal, com a Rep. Checa (amanhã) e a Espanha (terça-feira), de apuramento para a fase final da Liga das Nações. Bruno Fernandes é o mais valioso dos 25 eleitos, numa lista em que o site *transfermarkt* avalia Cristiano Ronaldo em 20 milhões, o valor mais baixo desde o capitão tinha 19 anos.

Não é por acaso que muitos consideram que esta é a melhor geração de sempre do futebol português. O valor atual da seleção supera a avaliação que lhe foi atribuída, pelo mesmo site, no último Campeonato da Europa: 872,5 milhões de euros. Tal como agora, também no Euro 2020 (que se jogou em 2021), Bruno Fernandes liderava entre os 26 eleitos do selecionador (90 milhões de euros), seguido de João Félix (80 M), Rúben Dias (75M) e Bernardo Silva (70 M). Ronaldo valia 45 milhões, mais de metade do que agora.

Se olharmos para 2016, ano em que Portugal se sagrou campeão da Europa, o crescimento é brutal. Se os 25 eleitos atuais valem 938 milhões, os 40 utilizados por Fernando Santos nesse ano contabilizavam 586,05 milhões. Nessa altura, a diferença entre o mais valioso (Ronaldo, 100 M) e o segundo (Bernardo Silva, 40M) era gritante, numa lista onde mais de metade dos selecionados não chegava aos 20 milhões (hoje só sete valem menos do que isso). Bruno Fernandes estava carimbado com uns medíocres 7,5M (hoje vale quase dez vezes mais) e Eder, o herói do Euro 2016, que marcou o golo que deu o troféu à seleção, na final com a França (1-0), era o segundo menos cotado (5M), perdendo apenas para Nélson Oliveira (4,5M).

Uma fotografia onde cabem 190 milhões de euros.

Ronaldo em queda livre

Cristiano Ronaldo tem agora um valor de mercado de 20 milhões de euros. A idade (37 anos) e o início de época atribulada, com a condição de suplente no Manchester United, talvez ajudem a explicar o valor atribuído a CR7 na atualização feita a 19 de setembro pelo *transfermarkt*. Só por uma vez tinha sido avaliado abaixo dos 20 milhões. Foi a 4 de dezembro de 2004, quando tinha 19 anos e valia 18 milhões, um ano depois do Manchester United o comprar ao Sporting por 15M. Agora, 18 anos depois, o cinco vezes Bola de Ouro/The Best, que em 2015 e 2018 chegou a valer 120 milhões, está equiparado a Ricardo Horta (Sp. Braga) ou Gonçalo Ramos (Benfica).

O valor que o transfermarkt lhe atribuiu ao longo dos anos nem sempre agradou a Ronaldo. Em janeiro, Christian Swartz, um dos responsáveis pelo site que faz as avaliações dos jogadores, disse ao *The Athletic* que CR7 bloqueou o *transfermarkt* por não concordar com os 75 milhões de euros que lhe atribuíram: "Penso que fizemos uma lista com 10 jogadores de 33 ou mais anos em que ele estava em primeiro, mas disse-nos que devia valer muito mais. Primeiro enviou uma mensagem aos nossos companheiros nas redes sociais. Responderam-lhe e explicaram por que tinha esse valor e disseram-lhe: 'Do teu grupo de idade és o número um.'"

Bruno vs. Bernardo

O *transfermarkt* justifica os 85 milhões de euros atribuídos a Bruno Fernandes na última avaliação (16 de junho) com estatísticas muito favoráveis: 9.° jogador mais valioso do mundo; 6.° mais valioso da *Premier League*; 1.° mais valioso na posição "médio ofensivo" e 1.° entre os jogadores nascidos em 1994. Parâmetros que permitem ao médio superar o mais titulado compatriota do Manchester City.

Bernardo Silva é o 17.° mais valiosos do mundo; o 10.° na Premier League; o 4.° na posição de "médio ofensivo" e 2.° mais valiosos nascido em 1994. Por isso é o segundo mais valioso da seleção (80 milhões de euros), à frente de um sexteto de luxo: Rúben Dias, Rafael Leão, João Félix, João Cancelo, Diogo Jota e Nuno Mendes (ver tabela).

Entre os oito internacionais portugueses mais cotados financeiramente estão dois médios, dois defesas e dois avançados. Destaque ainda para a avaliação de Pedro Neto (38M) e José Sá (18M). Na cauda da tabela, ou seja, os menos valiosos para o *transfermarkt*, estão o defesa Mário Rui (Nápoles) e o guarda-redes Rui Patrício (AS Roma), os únicos abaixo da fasquia dos dez milhões entre os 25 eleitos de Fernando Santos.

isaura.almeida@dn.pt

Valor de mercado
(em milhões de euros)

Jogador	Valor
Bruno Fernandes	85
Bernardo Silva	80
Rúben Dias	75
Rafael Leão	70
João Félix	70
João Cancelo	65
Diogo Jota	60
Nuno Mendes	50
Matheus Nunes	45
Rúben Neves	40
Vitinha	40
Pedro Neto	38
Diogo Dalot	28
João Palhinha	25
Diogo Costa	25
Cristiano Ronaldo	20
Ricardo Horta	20
Gonçalo Ramos	20
José Sá	18
William Carvalho	16
Danilo Pereira	14
Tiago Djaló	12
João Mário	10
Mário Rui	8
Rui Patrício	6
TOTAL: 938 M€	

FONTE Transfermarkt. Dados disponíveis ontem com atualizações de valores em datas diferentes

Rúben Neves: "Sabemos o que temos de melhorar"

Rúben Neves garante que a seleção nacional sabe o que tem de melhorar para atingir a fase final da Liga das Nações. "Se estivermos ao nosso nível, somos muito difíceis de bater. É olhar para esses pequenos erros e detalhes, para não voltarem a acontecer. Sabemos o que temos de melhorar, já olhámos para os aspetos em que não estivemos tão bem e acho que estamos preparados para sábado", disse ontem o médio do Wolverhampton na antevisão ao jogo com a República Checa, em Praga, antes de mais um treino, na Cidade do Futebol, no qual João Félix foi o único ausente, por estar em tratamento de uma lesão.

O facto de Cristiano Ronaldo ter dito que pretende jogar no Euro 2024 não surpreendeu os outros jogadores da equipa das quinas, de acordo com Rúben Neves. "Quem trabalha com ele sabe que é capaz. Não estávamos à espera de ouvir naquele momento, mas de certa forma já sabíamos, pela maneira como trabalha e está envolvido sempre que é chamado. É um profissional de mão cheia", garantiu o médio de 25 anos.

Sobre a renúncia de Rafa Silva, Rúben Neves acredita que o benfiquista teve "as suas razões", mas não acredita que isso tenha a ver com a pouca utilização. "O expoente máximo, no futebol, é representar o seu país e vou dar o máximo para estar presente o maior número de vezes possível", assumiu o jogador.

Ontem, à partida para Praga, onde amanhã Portugal joga com a República Checa, Cristiano Ronaldo deixou uma garantia. "Estamos bem", disse, após ser questionado no momento em que distribuía alguns autógrafos.

Hoje é a vez de Fernando Santos abordar a renúncia de Rafa e as possíveis mexidas na equipa, uma vez que terá de apresentar uma dupla de centrais inédita, tendo em conta a lesão de Pepe, mas também porque tem sete jogadores que, se virem cartão amarelo, falham o jogo com a Espanha, marcado para terça-feira em Braga.

Atualmente, Steve McCurry mantém contacto semanal com Sharbat Gula, a menina afegã dos olhos verdes.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Icons: as histórias e viagens pelo mundo de Steve McCurry

IMAGENS A exposição do fotógrafo norte-americano abre hoje ao público na Cordoaria Nacional em Lisboa. Desde catástrofes a retratos, é possível ver o mundo através da sua lente.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

"Os retratos contam sempre grandes histórias sobre a humanidade e realmente mostram como as pessoas gostam de se apresentar. Queremos sempre apresentar-nos da melhor maneira. Eu quero ver como é que as pessoas se querem ver a elas mesmas." Quem o diz é Steve McCurry, cujo retrato de Sharbat Gula, a menina afegã dos olhos verdes, é uma das fotos expostas a partir de hoje na Cordoaria Nacional, em Lisboa.

Steve McCurry fotografou Sharbat Gula num campo de refugiados afegãos no Paquistão em 1984. Mas passados quase quatro décadas sobre a imagem que foi capa da *National Geographic*, continuam a falar todas as semanas. Depois de 35 anos no Paquistão, Gula foi detida e deportada para o Afeganistão em 2017, tendo conseguido asilo em Itália, com ajuda de McCurry, no ano passado, pouco antes de os talibãs voltarem ao poder em Cabul.

A exposição *Icons* do fotógrafo norte-americano estará patente até dia 22 de janeiro. Mistura os diferentes países por onde McCurry passou, da Índia aos Estados Unidos. Cada imagem tem uma história e juntas revelam a jornada do fotógrafo.

Sem percurso definido nem ordem cronológica, cada visitante pode ver o mundo pela lente do norte-americano, de 72 anos.

Questionado pelo DN sobre a atual situação política no Afeganistão, McCurry afirma que o novo regime talibã tem "uma interpretação extrema da religião e é muito dominado pelos homens. É um desperdício de potencial das mulheres, que perderam os seus direitos. Eu pergunto-me até quando é que isto vai durar." Para o fotógrafo, esta visão do mundo "está agora muito integrada na própria cultura afegã e pode demorar um bocado para as mulheres serem capazes de terem direitos iguais no Afeganistão".

Icons tem curadoria de Biba Giacchetti, co-fundadora da agência Sudeste57, que já trabalhou em 54 exibições juntamente com o fotógrafo norte-americano. Para a curadora, esta mostra funciona como um diálogo entre as fotografias e o público que as vê.

Com as suas imagens, McCurry pretende documentar o mundo. "Estou a tentar mostrar as dificuldades humanas. A intenção de viver e viver em certas condições. A vida é difícil mas de alguma forma somos capazes de sobreviver. Eu acho que há uma beleza no mundo que vi e quero documentar isso."

Retratos de homens tirados por Steve McCurry em diferentes locais do mundo.

> "Eu acho que os olhos nas fotografias são muito expressivos e ajudam a explicar quem somos. Contam a história de vida de uma pessoa."
>
> **Steve McCurry**
> Fotógrafo

Algumas das fotografias expostas foram tiradas com câmara analógica e outras com câmara digital. O retrato do ator norte-americano Robert de Niro, por exemplo, foi das últimas fotografias que McCurry tirou com uma Kodak, antes de passar para as câmaras digitais.

Uma das características que saltam à vista nas fotografias de McCurry é o foco nos olhos, algo que considera muito importante. "Eu acho que os olhos nas fotografias são muito expressivos e ajudam a explicar quem somos. Contam a história de vida de uma pessoa. Os olhos são a parte mais expressiva do nosso rosto e podem ser muito poderosos e dizer muito sobre a personalidade de alguém", explicou em conversa com o DN depois da visita à imprensa.

Sharbat Gula não é a única dos seus retratados com quem McCurry continua hoje em contacto. Em 1992, numa das suas viagens a Cabul, fotografou um rapaz de 12 anos que perdeu a infância para a guerra, sendo um dos soldados do seu bairro. Hoje, vende limonada nas ruas.

Outro destaque da exposição é uma fotografia tirada no Peru que mostra uma criança a apontar uma arma à própria cabeça e a chorar. Para quem não conhece a história por detrás da imagem, pode levar à ideia errada. McCurry explicou que a arma é um brinquedo e que a fotografia foi captada no meio de uma brincadeira entre crianças. "Às vezes vejo pela minha filha de cinco anos como o que pode ser visto como o fim do mundo para uma criança, a seguir passa e já não importa", explicou aos jornalistas durante a visita à exposição.

Para o fotógrafo, a China é o país que mudou mais desde a primeira vez que o visitou. "Quando fui lá a primeira vez tudo antiquado mas quando voltei em 2020 estava tudo completamente diferente. Eu não queria acreditar na transformação. O que se passou foi também um milagre económico."

O próximo passo para McCurry é viajar para o Canadá por onde pretende conduzir, observar e talvez fotografar.

O preço dos bilhetes varia entre os 6 e os 12 euros. Podem ser adquiridos online ou na bilheteira da exposição.

mariana.goncalves@dn.pt

RESTOS DO VENTO
Tiago Guedes
Cinemas

Tiago Guedes encena a crueza social de uma festa de iniciação, algures no cenário (concreto & abstracto) de um Portugal interior para, 25 anos mais tarde, expor os seus efeitos perversos. Num tempo de muitas representações que nos encerram no infantilismo dramático do pitoresco (essa doença narrativa do presente), *Restos do Vento* é um filme precioso sobre os enigmas individuais e os valores coletivos. **JOÃO LOPES**

WOMEN MAKE FILM
Mark Cousins
Filmin

Mais de mil excertos de filmes realizados por mulheres num itinerário de 14 horas. Disponível no formato de série, este documentário representa mais um virtuoso trabalho de cinefilia do realizador que nos deu *A História do Cinema: Uma Odisseia* e *Os Olhos de Orson Welles*. *Cousins* inverte aqui o paradigma dos estudos de cinema e, através de fragmentos de obras com olhar feminino, imerge o espectador numa fabulosa história alternativa. **INÊS N. LOURENÇO**

POOR COW
Ken Loach
Netflix

Primeiro filme de Ken Loach, datado de 1967, encena as atribulações de uma jovem mãe (Carol White) num tom de realismo social que o realizador iria desenvolver com invulgar maestria. A Netflix coloca-o numa zona de "argumentistas aclamados", neste caso não os identificando (são o próprio Loach e Nell Dunn, autora do romance adaptado); na ficha, o filme passa a ser citado pelo título brasileiro, *A Lágrima Secreta*. **J.L.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

Olivia Wilde filma uma noção de patriarcado com alguma transgressão.

Não te preocupes querida
de Olivia Wilde nos Cinemas

A utopia americana filmada com cores plásticas pop para emoldurar a estética dos anos 50. Olivia Wilde, a atriz, volta a sentar-se na cadeira de realizadora após o bem simpático *Booksmart – Inteligentes e Rebeldes*. O resultado é também um simpático *sample* de *The Truman Show* disfarçado de *The Stepford Wifes*. Num condomínio paradisíaco ao estilo de Palm Springs no deserto, uma empresa chamada Victory proporciona uma espécie de vida perfeita aos empregados. Supostamente estão a fazer um projeto secreto e vital para o país e só os homens trabalham, as mulheres servem apenas para decorar as festas e serem donas-de-casa, até que uma começa a suspeitar que a realidade possa ser bem diferente.

Alavancado com uma interpretação furacão de Florence Pugh, *Don't Worry Darling* merece mais crédito do que estar apenas a ser falado pela suposta polémica do pesadelo promocional com Harry Styles na estreia no Festival de Veneza. É um filme com belíssimas ideias de *sci-fi vintage* de subversão e uma reflexão sobre a atração do capitalismo de hoje na sociedade americana. **RUI PEDRO TENDINHA**

EL DORADO
Howard Hawks
Cinemateca

Variante de *Rio Bravo, El Dorado* (1967) é das grandes obras finais de Howard Hawks. Um regresso ao *western* com a "instituição" John Wayne bem acompanhada por Robert Mitchum e um então recém-chegado a Hollywood James Caan (para ver amanhã, pelas 21h30). Este último, falecido em julho, é o foco da homenagem onde se insere o filme. Um rosto que se afirmou no cinema clássico americano, incorporando depois a chamada nova Hollywood. **I.N.L.**

DA ETERNIDADE
Roy Andersson
Sala Fernando Lopes

Os filmes de Roy Andersson podem ser todos parecidos, mas este em específico parece conter uma certa fórmula de *best-of*. Perfeito para este ciclo do Alvalade Cineclube em honra do cinéfilo *O Senhor do Adeus*, já na próxima quinta, pelas 21h. Mais uma vez, pequenos *sketchs* em que se reflete sobre uma ideia de existência. Da beleza do mundo ao acaso dos pequenos nadas. O cinema deste sueco é fonte inesgotável de prazeres... **R.P.T.**

A ASSISTENTE
Kitty Green
TVCine

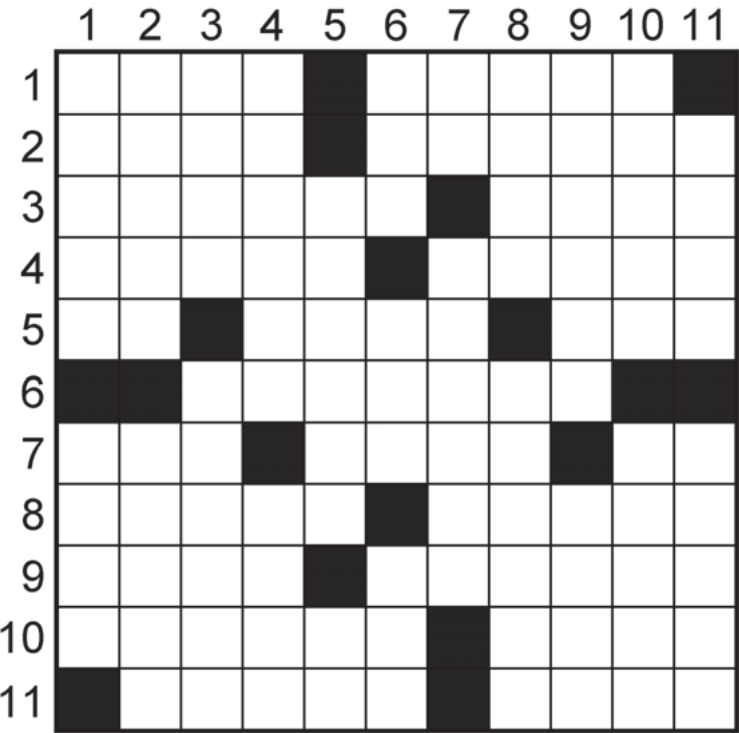
Um inédito de luxo que deveria ter chegado às salas após receção francamente positiva na Berlinale em 2020, o filme que fez de Julie Garner uma nova estrela. A história de uma secretária que se torna assistente de um chefe de uma produtora de cinema assustadoramente parecida à Miramax. O primeiro filme pós-#MeToo onde tudo fascina, dos silêncios à forma como nunca se perde a claustrofobia... **R.P.T.**

MÃES PARALELAS
Pedro Almodóvar
TVCine

Na fase madura de Almodóvar, *Madres Paralelas* surge como um elogio a Penélope Cruz, da mesma forma que *Dor e Glória* o era em relação a Antonio Banderas. Aqui, o cineasta espanhol serve-se da amizade entre duas mães solteiras para explorar a solidariedade e independência femininas, misturando linguagem de melodrama com notas de suspense doméstico e memória coletiva. O resultado é maravilhoso – a (re)descobrir domingo, 18h20, no TVCine Edition. **I.N.L.**

THE OFFICE
Ricky Gervais e Stephen Merchant
Prime Video

Para quem apenas conheça a versão americana (excelente, com Steve Carrell), eis a possibilidade de descobrir os seis episódios da primeira temporada do original, com chancela da BBC. Num registo de falso documentário (*mockumentary*), Ricky Gervais lidera um magnífico elenco enredado nas grandezas e misérias de um escritório — uma visão pessimista da solidariedade humana em desconcertante registo cómico. **J.L.**

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Confrontar. Dólmenes. 2. Animal carnívoro, selvagem, da família dos canídeos. Terreno onde crescem violetas. 3. Que ou aquele que professa uma doutrina contrária aos dogmas da Igreja Católica. Porção de um cromossoma, considerada como a unidade hereditária ou genética. 4. Amarrada. Entoa. 5. Sociedade Anónima. Vaga. Um certo. 6. Vitória. 7. Aperto com nó. Estar dorido. Pessoa notável na sua especialidade. 8. Aparelho de pesca em que as redes formam círculo para apanhar o peixe. Zero. 9. Canto em louvor da Pátria. Fazer tatuagem em. 10. Que ama. Alvorada. 11. Limpar com areia, cinza, etc. Ratar.

Verticais:
1. Observas. Pedaço de madeira para o lume. 2. Vate. Insiste em. 3. Trabalho literário, científico ou artístico. Voltar. 4. Que rói. Sólido de base circular ou elíptica, terminando em ponta. 5. Grito doloroso, próprio dos cães. Tântalo (símbolo químico). 6. Eu te saúdo! (interjeição). Dueto. Possuir. 7. Níquel (símbolo químico). Pequeno vaso cilíndrico geralmente de louça, com asa. 8. Traje preto e comprido usado por advogados e solicitadores em tribunal. Frigir. 9. Ânimo. Muito zangado (popular). 10. Mulher canonizada. Referente à Arábia. 11. Fiel. Curar.

SUDOKU

	4	1			5	8	6	
2				9		1		
5	9	6	8			3		4
3	1	2		4		5		
4	8	7		2				
		9					1	
				7	8			1
			9		4	7		8
8					2		4	6

SOLUÇÕES

7	4	1	2	3	5	8	6	9
2	3	8	4	9	6	1	7	5
5	9	6	8	1	7	3	2	4
3	1	2	6	4	9	5	8	7
4	8	7	5	2	1	6	9	3
6	5	9	7	8	3	4	1	2
9	6	4	3	7	8	2	5	1
1	2	5	9	6	4	7	3	8
8	7	3	1	5	2	9	4	6

Palavras Cruzadas

Horizontais:
1. Opor. Antas. 2. Lobo. Violal. 3. Herege. Gene. 4. Atada. Canta. 5. SA. Onda. Tal. 6. Triunfo. 7. Ato. Doer. Ás. 8. Cerco. Cifra. 9. Hino. Tatuar. 10. Amante. Alba. 11. Arear. Roer.

Verticais:
1. Olhas. Acha. 2. Poeta. Teima. 3. Obra. Tornar. 4. Roedor. Cone. 5. Ganido. Ta. 6. Ave. Duo. Ter. 7. Ni. Caneca. 8. Toga. Fritar. 9. Alento. Fulo. 10. Santa. Árabe. 11. Leal. Sarar.

Os sabores de África abrem o apetite para conversas sérias

GASTRONOMIA Durante dois dias usa-se a comida para refletir sobre saúde mental, igualdade de oportunidades ou sustentabilidade ambiental. É mais uma edição do Congresso dos Cozinheiros, que acontece em Oeiras e que dá a provar as iguarias de inúmeros *chefs*, alguns pela primeira vez em Portugal, e que vai eleger o melhor pastel de nata da Grande Lisboa.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

FILIPE VERA CRUZ

Na área da alimentação, podem degustar-se as iguarias dos *chefs* convidados. Gastronomia africana estará em destaque.

Quer provar uma cachupa do mar? Ou um arroz de coelho e moamba de ginguba e cogumelos? Ou uma carne maronesa? E a isso juntar alguma reflexão sobre temas tão atuais como a saúde mental, a igualdade de oportunidades ou a sustentabilidade ambiental? Não é complicado. Basta dar um salto a Oeiras para fazer uma visita ao Congresso dos Cozinheiros, que decorre domingo e segunda-feira nos Nirvana Studios. O evento é dedicado à Conexão Africana, o que significa que muito do que por lá se poderá degustar ou ouvir está ligado a África. Desde os temperos da gastronomia aos sons da música.

"É uma oportunidade de conhecer melhor a rica herança cultural africana e a sua importante presença na cozinha portuguesa e internacional", diz Paulo Amado, fundador do Congresso dos Cozinheiros, que este ano atinge a maioridade na sua 18.ª edição. Criado como plataforma de exposição dos novos valores da cozinha portuguesa numa perspetiva mais técnica, o evento está agora num outro patamar, em que a dimensão social é mais evidente, não fosse ele organizado pelas Edições do Gosto, que, além de procurar elevar a gastronomia e restauração nacionais, também embarcou na missão de intervir socialmente através da gastronomia.

Fatmata Binta e Sheree Williams estão pela primeira vez em Portugal

"É relevante para ficarmos a conhecer pessoas que têm uma ação social impactante através do seu trabalho no mundo da gastronomia. Interessa-nos um mundo mais equilibrado e justo, para todos, independentemente da sua origem, sexo ou idade", explica Paulo Amado.

E é nessa perspetiva que o Congresso dos Cozinheiros reúne alguns dos nomes mais sonantes da cena gastronómica africana, alguns dos quais pela primeira vez no nosso país. Casos de Fatmata Binta – uma chefe de cozinha nómada, natural da Serra Leoa, e embaixadora da cozinha da tribo Fulani que no ano passado foi galardoada com o prémio The Best Chef Rising Star pela The Best Chef Awards –, e da norte-americana Sheree Williams, fundadora e diretora executiva da organização The Global Food and Drink Initiative e editora da Cuisine Noir Magazine.

Destaque também para a presença de Jeny Sulemange, cozinheira moçambicana que lidera o restaurante Cantinho do Aziz, em Lisboa e que protagoniza de uma série documental na Amazon Prime, onde apresenta as suas viagens pelo mundo, ou para os *chefs* João Carlos Silva (São Tomé e Príncipe), Helt Araújo (Angola), António Belotti (Espanha) e Dieter Koschina, Miguel Rocha Vieira e Lídia Brás.

O evento, cujos bilhetes custam 60 euros (um dia) e 100 euros (os dois dias), vai distribuir-se por quatro palcos. Num, o Inter, vão decorrer as conversas e apresentações. Noutro, dedicado ao produto, acontecerão as demonstrações de cozinha e produto com direito a degustação. No Palco Nós as Pessoas haverá conversas sobre a importância do bem-estar mental na restauração. Ao todo serão mais de 20 horas de intervenções proporcionadas por 58 oradores nacionais e internacionais. Finalmente, no palco Música, ocorrerão as atuações da Orkestra Batuheirasm Lindú Mona e Kriol. A juntar a tudo isto, a área da alimentação, onde se poderão degustar as iguarias dos chefs convidados.

Uma das provas e competições que é um sucesso anual é a dos pastéis de nata. Na segunda-feira, será anunciado qual o melhor da região da Grande Lisboa entre os 12 finalistas. A padaria da Né, na Damaia, venceu em 2021.

sofia.fonseca@dn.pt

Batismos de voo em balões de ar quente em Oeiras

A comemorar as bodas de prata, o Festival Internacional de Balões de Ar Quente acontece, este fim de semana, pela primeira em Oeiras, com batismos de voo gratuitos e um espetáculo noturno de luz, cor e som.

Inicialmente previsto para se realizar apenas no sábado, o festival, que decorrerá na Quinta de Cima do Palácio do Marquês de Pombal, estendeu-se por mais um dia devido à elevada procura. Agora é só esperar que a meteorologia ajude e não cancele os voos.

A partir das 8h00, em ambos os dias, os visitantes do festival podem participar nos batismos de voo cativo – um voo preso por cordas que apenas efetua subidas e descidas, entre cinco a 10 metros de altitude – permitindo a sensação de voo sem sair do mesmo lugar. O batismo de voo, que tem a duração de cerca de cinco minutos, é gratuito e será por ordem de chegada ao espaço, sendo por isso limitado às vagas existentes, e permitirá uma visão de 360 graus sobre a Quinta de Cima do Palácio do Marquês.

O evento que pretende assinalar o final do verão no concelho de Oeiras, alia ainda a música, gastronomia e animação, com divertimentos insufláveis para os mais novos, uma zona *lounge* com provas de vinho Villa Oeiras e uma zona de *street food*.

O ponto alto da noite será o Night Glow, um espetáculo noturno de luz, cor e som, com as chamas dos queimadores dos coloridos balões a serem libertadas ao ritmo da música.

LUIS PARDAL/GLOBAL IMAGENS

Diario de Noticias

Director — AUGUSTO DE CASTRO

O CENTENARIO DO BRASIL

A Conferencia Internacional Algodoeira do Rio de Janeiro

Exercicios de tiro pela bataria de obuses de Sacavem

COISAS NOSSAS... Um intrujão de polpa

DOS DARDANELOS AO QUAI D'ORSAY

UMA CONFERENCIA DA PAZ

ESQUADRA AMERICANA

NA LIGA DAS NAÇÕES — A FRANÇA

A TRAVESSIA DO ATLANTICO

LOTARIA ESPANHOLA

ESPANHA E PORTUGAL

COLABORAÇÃO

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 23 DE SETEMBRO DE 1922 PARA LER HOJE

SELEÇÃO DO ARQUIVO DN
POR **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

COISAS NOSSAS...

Um intrujão de polpa

Fazia-se passar por mutilado da guerra, ostentando ao peito cruzes e medalhas, para explorar a caridade publica

Este «mutilado da guerra» adquirira já em Lisboa fóros de simpatica celebridade, graças á vera-efigie que dele publicou um jornal da noite, enquadrada em larga e romantica noticia com inflamados tropos sobre a ingratidão da Patria e a falta de coração das gentes egoistas. Quando ele passava por essas ruas, arrastando a sua perna de pau e chocalhando as suas numerosas condecorações — Cruz de Guerra de 1.ª classe, medalha da Vitoria, medalha de Exemplar Comportamento — as pessoas sensiveis reconheciam o heroi e murmuravam compungidas:

— Olha, é o tal infeliz, mutilado da guerra, que anda a pedir esmola.

E ficavam se a recordar a biografia do pobre Manuel da Silva, humilde filho de um carrejão de Cedofeita, a quem um estilhaço de granada levara a perna em Neuve-Chapelle e a quem, depois de cerca de dois anos de internamento no Instituto de Reeducação de Mutilados, fôra afinal apontada a porta da rua — por sinal que com os baldados protestos dos jornais, entre eles, como é bem de vêr, o colega da noite em questão.

Manuel da Silva estava a ponto de se tornar um idolo em Lisboa.

Fazia dó vê-lo passear pelas ruas a sua farda desbotada, a sua Cruz de Guerra e a sua muleta grosseira. Toda a gente tinha uma infinita pena do soldadito aloirado e triste, farrapo humano e devastado, que ia comer e dormir a uma reles hospedaria da rua da Atalaia. Ha dias, numa leitaria da rua do Ouro, um grupo de senhoras iniciou a seu favor uma subscrição que rendeu 200$00. Ante ontem foi preso por estar a arengar junto duns soldados, assolando os contra a policia. Mas como era infeliz e triste, e como era mutilado da guerra, o Tribunal da Boa Hora, 2.º juizo, houve por bem mandá-lo em paz.

Ora ontem á noite, na rua da Rosa, passava um sargento de marinha, o sr Alfredo José Francisco Ferreira, a quem o «herói» teve a infeliz lembrança de fazer a continencia. Era a hora do azar. O sargento de marinha conhecia-o e, pasmado de o vêr naquele preparo, prendeu-o. Mau quarto de hora passou o sr. Alfredo Ferreira! O Bairro Alto levantou-se em peso contra a afronta ao soldadito loiro. Bem se esforçava o sargento em convencer a turba de que o homem era um intrujão.

Manuel da Silva Junior, o falso mutilado da guerra

A turba gritava que havia engano com certeza, que aquele era o desventurado a quem uma granada levara a perna em Neuve Chapelle.

Até que, já em estado de sitio o Bairro Alto e imediações, o sargento pediu o auxilio do guarda civico 1306 e o «heroi» foi levado para a esquadra das Mercês, onde acabou por confessar a sua verdadeira identidade.

Chama se o sujeito, de facto, Manuel da Silva, ou Manuel da Silva Junior, tem 22 anos e é natural de Cedofeita.

Simplesmente a perna não a perdeu em Neuve Chapele, mas sim debaixo de um carro que o colheu aos 11 anos e que era guiado por seu proprio pai, o carroceiro Manuel da Silva. Não tem residencia nem profissão. Tem vivido de explorar com mais ou menos engenho, a caridade publica. O seu ultimo avatar foi o de mutilado de guerra. As cruzes e medalhas comprou-as, por bom dinheiro. Fazia se passar geralmente por soldado reformado n.º 49 da 1.ª companhia de Valença e dizia receber uma pensão de 60$00 mensais, por ter sido ferido em campanha — em Neuve Chapele...

O burlão foi exautorado na esquadra das Mercês pelo policia captor, transitando dali para um calabouço do Governo Civil. Voltaremos a vê-lo por essas ruas a passear a sua farda desbotada, a sua cruz de guerra e a sua muleta grosseira?

DOS DARDANELOS AO QUAI D'ORSAY

UMA CONFERENCIA DA PAZ

na qual tomarão parte os kemalistas, deverá resolver grave conflito do Proximo Oriente

A politica de Lloyd George é asperamente censurada pela propria opinião publica britanica

Conde de Sforza

Lord Curzon

Londres, 18 de Setembro.

Lord Curzon resolveu partir para Paris, com o fim de se explicar com o sr. Poincaré sobre a situação no Oriente. E' provavel que ele não diga ao chefe do governo francês, como toda a gente diz em Londres, que o apelo ás armas lançado por intermedio da Reuter saiu de Downing Street, residencia do sr. Lloyd George, sem conhecimento do Foreign Office, da intervenção do qual o «primeiro» inglês costuma, de resto, dispensar-se no exercicio dos seus lances politicos de sensação. Lord Curzon não dirá isso, porque são coisas que se não dizem, mas tratará de traduzir em mais diplomaticos e comedidos termos as intensões inglesas que, tais como as exprimiu o sr. Lloyd George, significam a mais autentica e mais grave ameaça de guerra que o mundo tem conhecido depois de 1914.

O «Daily Mail» escreveu com todas as letras que o plano do sr. Lloyd George é «um plano de doido» Neste momento em que o mundo inteiro sofre ainda as consequencias de uma terrivel guerra, o chefe do governo inglês empreende lançá-lo em novas aventuras. Ele imaginou nem mais nem menos uma cruzada contra os turcos vitoriosos, como nos velhos tempos, e convidou a França, a Italia, e todas as colonias inglesas, e todas as nações balcanicas, a darem tropas para defender os dominios da cruz. Perante uma tal ameaça de guerra, uma intervenção parece dever impôr-se: a da Sociedade das Nações. Essa Sociedade não se criou para ser uma academia onde pessoas bem falantes discutem teses abstractas; criou-se para resolver os futuros conflitos entre as nações, para evitar as guerras. E seria absolutamente ridiculo transformá-la num novo tribunal da Haia destinado a evitar as guerras... que nunca ninguem a sério pensaria em fazer.

«As nações ocidentais — diz o «Daily Mail»—têm-se esforçado sempre por evitar que surjam conflitos entre as nações balcanicas, que conservam, como se sabe, uma certa tendencia para derimir os seus desacordos pela força das armas. Mas eis que, nesta altura, é o proprio governo inglês que incita essas nações, por natureza belicosas, e quere pôr esses instintos guerreiros ao serviço dos seus proprios interesses».

Efectivamente a situação, em claros termos, é essa. A liberdade dos Estreitos (que é preciso não confundir com a neutralidade dos Estreitos) só na realidade pode servir a Inglaterra, cuja esquadra, graças a essa liberdade, não encontrará, em caso de guerra, nenhum embaraço para evolucionar nos mares orientais. A liberdade dos Estreitos significa Constantinopla na mão dos ingleses e, se amanhã a Russia voltar a ser, como é provavel, uma nação que conte no «echiquier» continental, essa situação tornar-se-á para ela intoleravel e poderá ser a origem de conflitos cuja extensão seria pueril querer limitar.

Essa maneira de vêr a situação não deriva de sentimentos anglofobos, que de resto bem longe estão do meu espirito. Alguns jornais ingleses adoptam-na em termos quasi identicos. O «Morning Post» conclui do seguinte modo uma série de considerações formuladas num tom que não se parece nada com o da nota tonitroante que a Reuter distribuiu: «A nação britanica está cansada da guerra, sobretudo de uma guerra inutil. A nação quere a paz, mas está convencida de que para a obter precisa dum outro primeiro ministro».

Uma nota oficiosa publicada esta tarde procura atenuar a impressão produzida pelas declarações de sabado. Segundo ela, não se trata de provocar nem de fazer uma guerra, mas de executar as clausulas do tratado de Sèvres. Digamos, entre parenteses, que o governo inglês é muito menos estrito quando se trata da execução do tratado de Versailles. Em todo o caso, a atitude relativamente moderada que a nota de hoje traduz pode muito bem resultar do acolhimento que teve o apêlo guerreiro de ha dias. Sabe-se, com efeito, desde ontem, que a Italia, a Romenia e a Jugo-Slavia «não marcham». Os dominios britanicos responderam com cortezia mas sem entusiasmo. Dois deles, as Indias e a Africa do Sul, deram claramente a entender que os empresarios da cruzada não poderão contar com eles. O sr. Hugues, primeiro ministro da Australia, sugere uma arbitragem da Sociedade das Nações. A epoca é má para uma mobilização seja ordem for. E, num caso como este, mesmo uma vitoria (e digo «mesmo» porque seria absurdo considerá-la assegurada) não faria senão abrir um caminho eriçado de perspectivas sombrias e de inevitaveis complicações.

Quanto á França, é evidente que ela não pretende de nenhum modo impedir os kemalistas de colher os frutos dos seus triunfos militares. Exercerá a sua influencia sobre os turcos para lhes aconselhar moderação. Mas a opinião publica francesa opôr-se-ia a uma participação qualquer em aventuras militares. Alguns jornais ingleses, partidarios do sr. Lloyd George, não dissimulam o azedume que essa atitude lhes causa. Assim, um deles, «The Outlook», escreve isto:

«Os franceses adoptam uma atitude equivoca e, no fim de contas, foram eles que armaram Mustaphá e nos colocaram em embaraços. Eles dizem estar connosco na questão dos Dardanelos. Mas a liberdade dos estreitos correspondia outrora ao interesse francês porque assegurava as comunicações com a Russia. Hoje esse argumento perdeu de valor. Se bem que a França esteja em condições de igualdade connosco no Bosforo, muitos franceses fazem observar que a potencia que dita as suas vontades é aquela cujas forças navais são mais importantes. Em Paris, alguns prefeririam que os Dardanelos ficassem nas mãos dos turcos, em vez de ficarem nas mãos dos ingleses. Não é essa a tese oficial, mas a nossa diplomacia deve ter os olhos bem abertos. Ela não deve depender da boa fé duma nação que, depois de ter enviado os gregos a Smirna, armou os turcos para os esmagar.»

Raymond Poincaré

Mas, com muito mais moderação e um sentimento mais exacto das coisas, o «Times» observa: «A unica esperança reside num entendimento estreito entre Downing-Street e o Quai d'Orsay. As ultimas noticias de Paris são boas, mas é inutil dissimular que a iniciativa pelo que diz respeito ao Oriente, passou de Londres para Paris. A chave da situação está em França. Esperemos que os homens de Estado franceses se mostrem á altura das suas responsabilidades.»

E' compreensivel que esse apêlo á França, depois do que se passou ha pouco em Londres, fira o orgulho do primeiro ministro inglês. A Inglaterra ia-se acostumando a tratar a França como uma nação protegida. Na questão das reparações, ela falava de alto e acabava por impôr a sua vontade. Hoje as circunstancias mudaram, e os ingleses de bom-senso apercebem-se de que um entendimento leal entre as duas grandes nações vitoriosas é tão necessario a uma como a outra. O sr. Lloyd George faz dizer pela boca dos seus intimos que, se a França a abandonar, a Inglaterra agirá sózinha. E', mudados os termos, a mesma coisa que dizia ha algumas semanas o sr. Poincaré. Mas são palavras. Tanto o sr. Lloyd George como o sr. Poincaré hesitarão muito antes de lançar os seus dois paises na aventurosa politica que seria, para ambos eles, o resultado duma separação.

J. de ALMEIDA

A Russia não será convidada para a conferencia do Oriente por não estar reconhecido o regime dos "soviets"

PARIS, 22.—Lord Curzon, o sr. Poincaré e o conde Sforza, na conferencia que ontem realizaram, chegaram a acordo, segundo o qual ficou resolvido que seja convocada uma conferencia em que tome parte a Inglaterra, Italia, França, Japão, Grecia, Turquia, Romenia e a Jugo-Slavia para resolver as condições de paz com o governo de Angora.

Se Kemal Pachá concordar, a conferencia reunir-se-á em Veneza.

As grandes potencias resolveram que a Russia não fôsse convidada, visto que o governo dos «soviets» não está oficialmente reconhecido.

Depois da entrevista os srs. Curzon e Sforza comunicaram aos seus respectivos governos quais as resoluções tomadas.

Hoje os representantes das três potencias devem reunir-se novamente no Quai d'Orsay.—Especial.

Na entrevista de Paris estuda-se a forma como deve ser formulado o convite aos turcos

PARIS, 22.—Hoje efectuou-se nova conferencia, que terminou ás 5 horas e 40 minutos da tarde.

Lord Curzon declarou que a reunião deve continuar amanhã de tarde, pois ha muito que discutir e o sr. Poincaré deseja reunir antes o conselho de ministros.

A discussão versou sobre a forma de fazer o convite aos turcos para tomarem parte na Conferencia da paz, e principalmente para saber se nesse convite deve figurar a questão dos territorios, principalmente pelo que respeita á Tracia.—H.

Kemal não prescinde das reivindicações nacionalistas relativas a Constantinopla e á Tracia

CONSTANTINOPLA, 22.—Chegou a esta cidade o almirante Pelle, vindo de Smirna. Declarou que estavam tomadas todas as medidas para se prover ao abastecimento da colonia francesa residente naquela cidade.

O almirante Pelle diz ter conversado longamente com Mustafá Kemal.

Durante a entrevista, Kemal Pachá de

lotaria popular EXTRAÇÃO: 038/2022
1.º PRÉMIO: 90271 - 2.º PRÉMIO: 36525 - 3.º PRÉMIO: 73729
NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Roger Federer despede-se hoje ao lado de Rafa Nadal

O tenista suíço Roger Federer disputa hoje às 21.00 a última final da sua carreira, na Laver Cup – um troféu entre equipas da Europa e do Resto Mundo –, na Arena O2, em Londres. O encontro será ao lado do espanhol Rafael Nadal, o seu maior e mais antigo rival.
No lançamento do encontro, o suíço – vencedor de 20 *majors* de *Grand Slams* – disse que terminar ao lado de Nadal será "a coisa mais bonita" que pode acontecer.
O jogo desta noite será disputado a pares, frente a Frances Tiafoe e Jack Sock da equipa do Resto do Mundo.

EPA/ANDY RAIN

Ministra quer caso de idosa em Boliqueime "averiguado até às últimas consequências"

NEGLIGÊNCIA Idosa de 86 anos foi filmada com dezenas de formigas em várias partes do corpo, num lar da Santa Casa. Ministério Público já abriu um inquérito.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social defendeu ontem que o caso de alegada negligência no tratamento de uma idosa num lar da Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime (Loulé) deve ser "averiguado até às últimas circunstâncias" e apelou à denúncia de situações semelhantes.

Num vídeo, divulgado nas redes sociais, é possível ver-se uma mulher de 86 anos deitada numa cama com dezenas de formigas em várias partes do corpo. A idosa acabou por morrer um mês depois deste episódio, que terá ocorrido em julho passado. Questionada sobre a morte e o alegado caso de negligência, a ministra afirmou que "é um caso de uma grande gravidade" em que se tem de "tirar todas as averiguações que é preciso".

A governante salientou que a Segurança Social tinha tido uma denúncia "no início deste mês e, logo após a denúncia, desencadeou as averiguações que está a fazer", sendo que também existe uma "participação por parte do Ministério Público". "Tem de se tirar todas as consequências, apurar todos os factos", reforçou Ana Mendes Godinho.

A ministra fez ainda um apelo para que casos semelhantes sejam denunciados. "Se alguém tiver informações sobre situações dessas naturalmente que denunciem e informem a Segurança Social, para que possa haver intervenção".

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse ter sido informada que a situação de Boliqueime tinha sido comunicada no início do mês e que se tinha avançado para averiguações logo que houve esse conhecimento.

"Acima de tudo, temos de salvaguardar a garantia de proteção das pessoas idosas, nomeadamente as que estão em instituições", por isso é preciso que se identifique o que aconteceu, "para se adotarem os procedimentos necessários em função do que foi apurado", acrescentou.

O Ministério Público "está a investigar os factos em apreço, tendo determinado a realização de autópsia médico-legal no âmbito de inquérito oportunamente instaurado", confirmou a Procuradoria-Geral da República à Lusa.

Por seu turno, a Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime anunciou, através da rede social Facebook, ter aberto um inquérito para apurar responsabilidades ao alegado caso, que classificou de "negligência grave".

DN/LUSA

BREVES

Fenprof rejeita contratação direta de professores

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) recusou ontem a possibilidade de as escolas selecionarem os seus professores tendo em conta o perfil dos docentes, uma das propostas da tutela que está a ser negociada com os sindicatos. "Defendemos o primado da colocação de professores pelo Concurso Nacional e pela sua graduação profissional, nunca defenderemos que a vinculação e mesmo a contratação de professores seja feita por contratação direta", afirmou o secretário-geral Adjunto José Feliciano Costa. Em causa está um das propostas de alteração do modelo de recrutamento e colocação de professores que o Ministério da Educação apresentou ontem à Fenprof, no segundo dia de reuniões negociais com estruturas sindicais, e que passa por dar autonomia aos diretores para poderem selecionar um terço dos seus professores com base no perfil dos docentes e nos projetos educativos no momento da contratação e da vinculação aos quadros da escola. Para a Fenprof, a contratação de docentes não poderá passar por aí. "A seleção e o recrutamento de professores não podem, num serviço público, ser feitos dessa maneira", insistiu o dirigente sindical à saída do encontro.

Espanha promete cumprir Acordo Ibérico sobre a água

Espanha vai manter a passagem de água dos rios para Portugal e respeitar os caudais acordados bilateralmente, disse ontem a delegada do governo espanhol na região de Castela e Leão, Virgínia Barcones. "Espanha é um Estado sério que cumpre os acordos internacionais que assina", disse Virgínia Barcones, citada pela agência de notícias EFE.
A representante do governo central espanhol na Região Autónoma de Castela e Leão, que faz fronteira com os distritos de Bragança e da Guarda, acrescentou que, em Portugal, o destino da água de rios partilhados pelos dois países "tem as mesmas restrições por causa da seca do que em Espanha". Virgínia Barcones lembrou que esta matéria está regulada pela Convenção de Albufeira, assinada por Portugal e Espanha há 24 anos
Na segunda-feira, cerca de três mil agricultores das províncias de León, Zamora e Salamanca manifestaram-se no centro da cidade de León para exigir que se encerre a libertação de água para Portugal no âmbito do Acordo de Albufeira. Em virtude deste acordo, as duas maiores albufeiras da Bacia Hidrográfica do Douro – Almendra, no Rio Tormes entre Salamanca e Zamora, e Ricobayo, no Rio Esla, em Zamora – terão de ceder a Portugal mais de metade da água que têm atualmente nas albufeiras.

Conselho de Administração Marco Galinha (Presidente), Domingos de Andrade, Guilherme Pinheiro, António Saraiva, Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia, José Pedro Soeiro, Kevin Ho e Phillippe Yip **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretora** Rosália Amorim **Diretor-adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Data Protection Officer** António Santos **Diretor de Tecnologias e Sistemas de Informação** David Marques **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 28 571 441,25 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção e Patrícia Lourenço **Direção Comercial** Frederico Almeida Dias e Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital social:** KNJ Global Holdings Limited – 35,25%, Páginas Civilizadas, Lda. – 29,75%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 24,5%, Grandes Notícias, Lda. - 10,5% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 023026 56038